

EDITORIAL

A revolução portuguesa é uma revolução socialista. Pretendemos alcançar uma sociedade livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem.

O homem. A inteligência. A justiça social.

Não há donos de uma revolução. Não há castas numa revolução. São as forças sociais revolucionárias em movimento, com os sectores mais lúcidos, mais conscientes, mais firmes, à frente, que determinam o que se vai passar num processo revolucionário.

As transformações sociais, políticas e económicas de uma sociedade em revolução, surgem como uma necessidade de avanço e consolidação dos objectivos revolucionários.

Estas transformações deverão ter em conta as realidades da sociedade em que se inserem, sendo resultado de uma análise correcta das situações concretas que se deparam aos revolucionários.

Não há pois lugar para falar em moderação ou radicalização de um processo revolucionário.

Trata-se de um falso problema, que se presta a ambiguidades graves que ameaçam a consequência de um projecto de transformação da sociedade. Os actos revolucionários não são moderados ou radicais. Definem-se como correctos ou incorrectos, considerando os fins a atingir.

Em Portugal, iniciámos em 25 de Abril um longo e duro caminho. Não é fácil transformar uma sociedade fascista e colonialista, onde o medo, a ignorância, a corrupção, a miséria, substituíram a alegria de viver, a liberdade de participar na vida colectiva, a virilidade de lutar pelos mais altos valores de inteligência humana.

E não é fácil, porque os que estão interessados no regresso a 24 de Abril de 1974, não desarmam, estão atentos, organizam-se e procuram utilizar e aproveitar tudo o que possa facilitar os seus sinistros objectivos. E são inteligentes na manipulação. E têm muitas armas. E uma fórmula que resume a sua ética: "abaio a inteligência, viva a morte".

E não é fácil, porque o descontentamento de largas camadas do povo português, visível e justificado, constitui um bom meio de difusão dos boatos, das calúnias, das deturpações dos factos. E não é fácil porque os homens honestos deste País, aqueles que são o corpo da revolução, se deixam dividir por falsos problemas, arrastados por um clima de confusão bem planeado e montado.

A quem aproveita a divisão dos trabalhadores, a divisão do MFA, a emotividade descontrolada, a ausência de lucidez, a agressividade que se regista na sociedade portuguesa?

A derrocada da sociedade fascista, podre e viciada, impõe-nos a todos um esforço de compreensão das dificuldades, de análise serena dos acontecimentos, firmeza na construção de uma economia diferente ao serviço de todos os que trabalham e produzem, de uma vida política e social livre para todos os que trabalham e produzem.

Não há milagres nas transformações de uma sociedade. É o trabalho, o esforço, o sacrifício consciente dos homens honestos de um povo, que criam a liberdade, a justiça social.

Temos de fazer um enorme esforço para solucionar os grandes problemas que afectam os camponeses, os pequenos e médios agricultores.

(Cont. na pág. 10)

a situação política actual



Assiste-se no nosso país, mais uma vez a nova escalada das forças empenhadas em agravar a situação de crise em que vivemos e, através de uma série de manobras contra-revolucionárias bem orquestradas e preparadas, impedir o avanço do processo revolucionário.

Com o 28 de Setembro pretendia-se a todo o custo impedir a marcha da descolonização, salvaguardar os interesses coloniais e a implantação do neocolonialismo. Perante a intensa agudização da luta de classes, estaríamos rapidamente a caminho do regresso a uma ditadura fascista chefiada por Spínola e seus acólitos cujo objectivo imediato era o reforço do poder da burguesia financeira e o evitar o colapso dos seus interesses nas colónias.

O golpe do 11 de Março corresponde ao desespero da mesma burguesia financeira e seus aliados, perante as perspectivas do avanço do processo revolucionário através das exigências em claras medidas de ataque ao poder económico até então ainda intacto. Pretendia-se com o golpe o que não fora conseguido até então, e que a institucionalização do MFA tornava mais difícil: o controle pela burguesia do processo revolucionário dentro de um quadro social-democrata na aparência, sustentado por fortes investimentos estrangeiros que reactivassem mais racionalmente a exploração capitalista e se contivesse a luta de classes dentro do quadro das liberdades formais.

Em ambos os casos estava-se perante um inimigo bem visível e a actuar pontualmente, acossado pelas massas trabalhadoras em luta contra a dura exploração fascista, pela instauração de um sistema democrático socialista

e contra o aparecimento de formas de exploração mais subtis que a reconversão do capitalismo português necessitava.

A natureza das forças concluídas à volta de Spínola não deixava margem para dúvidas sobre as possibilidades do efectivo regresso ao sistema anterior, pelo que se tornou mais fácil o respectivo aniquilamento e derrota através da forte mobilização de todos os trabalhadores e militares progressistas. O carácter antifascista dessa mobilização não facilitou porém o desmascaramento de outras forças e manobras reaccionárias envolvidas.

OS FACTORES DA CRISE ACTUAL

A evolução constante do processo revolucionário, a exigência do desmantelamento total do poder da burguesia pelo proletariado urbano e rural, a sua oposição a um sistema de mera democracia formal, o seu empenhamento na construção de formas de poder popular capazes de se contrapor ao poder que a burguesia, sob as mais diversas formas ainda detém, colocam claramente a questão do poder dos trabalhadores no nosso país e consequentemente a definição do inimigo principal.

Numa luta que vai para além da destruição das velhas estruturas fascistas e que se trava também contra o capitalismo, as forças monopolistas que o suportam e defendem, já fortemente agredidas mas não destruídas, num momento de impasse governativo, que corresponde a uma acção concertada nacional e internacionalmente para paralisar toda a vida política e económica, mergulhando o país numa situação incontrolável, essas forças, dizíamos, utilizam agora formas mais sofisticadas, para que seja mais difícil a mobilização de todos os trabalhadores explorados, dividindo-os por motivos artificiais, levando-os a acreditar que não há razão para atacar o poder do capital, no seu entender já quase inexistente, e levando-os a pensar que o perigo é a instauração de uma "ditadura de tipo comunista", dirigida por militares apostados em destruir as liberdades fundamentais alcançadas em 25 de Abril. Fomenta a luta entre partidos, cuja composição social é necessária à construção do socialismo, arrastando para esse campo trabalhadores progressistas e sinceramente interessados nesse objectivo, levanta o espantoso da crise económica, para mostrar às forças hesitantes ou desconhecidas dos objectivos da revolução, que o seu nível de vida está seriamente ameaçado. Se a situação é grave, está a ser exageradamente empolada, pois no mundo capitalista não é menos grave com taxas de desemprego e inflação tão grandes ou maiores, com dívidas

externas muito mais elevadas. Os investimentos que prometem com condições políticas, pretendem antes de mais salvar o capitalismo e depois reconstruí-lo, paralisar e envolver o MFA, seu inimigo principal, e deste modo impedir que o exemplo de Portugal lastre pela Europa e outras zonas do chamado Terceiro-Mundo. Atendendo às formas de exploração que o fascismo sempre manteve sobre os camponeses, e à menor consciência subjectiva do proletariado dos centros industriais do Norte e Centro do país da necessidade do socialismo como única forma de saída para a opressão de que tem sido vítima, é nessas zonas, que a burguesia capitalista pela mão dos seus agentes e beneficiários locais (caciques, intermediários parasitas, provocadores fascistas, etc.) mais facilmente se movimentam e aí começou a atacar. Tudo tem tentado primeiramente para a divisão no seio do MFA, e conhecendo o seu desejo de evitar a violência, procura imobilizá-lo para melhor o destruir.

Neste momento o amplo trabalho por ela desenvolvido pelos seus agentes internos, por demais conhecidos, alguns dos quais se escondem em partidos ditos progressistas com feição social-democrata, deu à reacção capitalista a confiança para atacar livremente.

Tornam-se assim necessárias medidas imediatas que ponham fim aos desmandos praticados assim como outras que mostrem a todos os trabalhadores explorados do campo e da cidade que não estamos perante lutas partidárias, mas sim perante o avanço das forças que pretendem travar o processo sob pena de por elas assistirmos a uma tomada do poder, seu objectivo principal com o consequente retorno ao fascismo.

Em suma, se contra o fascismo é possível congregarmos um largo leque de forças, quando a opção é "reacção ou revolução" isto é, capitalismo ou socialismo, em que a via da social-democracia é uma via de transição ao fascismo, há que fazer uma opção de classe, há que definir a questão do poder nas mãos dos explorados através da sua vanguarda de classe e simultaneamente das diferentes camadas e classes sociais que constitui o bloco social capaz de apoiar e conduzir o período de transição ao socialismo, pois só assim se poderá em cada momento determinar o inimigo do processo e a sua neutralização.

COMO ATINGIR O OBJECTIVO

Não poderemos atingir o socialismo sem que o poder se encontre nas mãos dos trabalhadores, nem poderemos confundir aquele com a

(Cont. na pág. 11)

sumário

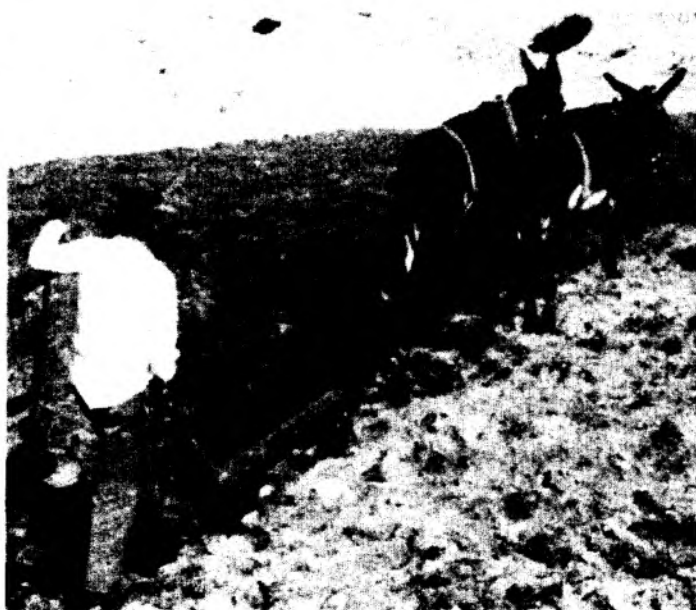
A AGRICULTURA NO NORTE DO PAÍS

INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A LIBERTAÇÃO DA MULHER

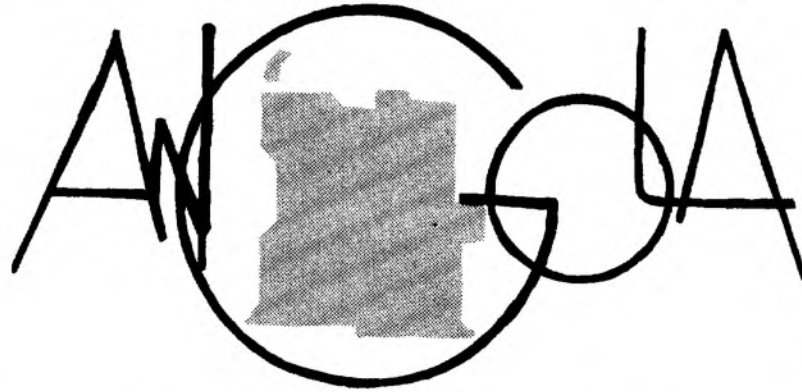
PODER POPULAR

— DICCIONÁRIO POLÍTICO
— A EXPERIÊNCIA DO RALIS





notícias MFA



nota da redacção

1 — Tem o Boletim ao longo de quase um ano de publicação sofrido várias transformações. Continua no entanto a ser intenção dos órgãos responsáveis pela sua publicação dedicar o jornal em primeiro lugar aos militares das Forças Armadas e militarizadas. Aliás como órgão doutrinário, e não pretendendo o MFA impor-se como vanguarda das massas populares mas simplesmente afirmar-se como vanguarda política das forças armadas, outro procedimento não seria correcto.

Têm chegado à redacção, algumas críticas. Consideramos no entanto que são poucas e a sua grande maioria limita-se a um apoio pouco objectivo e ao pedido de maior número de exemplares.

2 — Trocando impressões com camaradas de várias unidades temos constatado que na generalidade há um mau aproveitamento político do boletim. Se é verdade que o conteúdo "compacto" de alguns números di-

ficulta a sua leitura, parece-nos que os delegados do MFA, os militares dos GDU (Exército); secções do MFA (Força Aérea) e secções da CDEA (Armada) nas diversas unidades devem dar maior atenção ao estudo e discussão de formas concretas de utilização do Boletim, como elemento auxiliar na dinamização interna.

A discussão colectiva dos principais artigos; o controle da distribuição do boletim pelo pessoal da unidade; a recolha de opiniões e críticas individuais ou colectivas; a montagem de jornais de parede com os artigos, etc., etc. São algumas formas que facilmente poderão ser utilizadas.

Aos militares mais conscientes, àqueles que pertencem aos diversos órgãos do MFA nas unidades e serviços, cabe grande responsabilidade no sentido de terem capacidade e imaginação na utilização dos vários meios ao seu alcance para a dinamização política das unidades.

Recebemos do MFA de Angola diversa colaboração para o Boletim. Publicamos, uma notícia sobre a dinamização interna nas FA em Angola. Esperamos regularmente publicar colaboração dos órgãos do MFA naquele Território.

A DINAMIZAÇÃO EM ANGOLA

O objectivo fundamental da dinamização em Angola consiste em promover o esclarecimento do pessoal militar sobre a situação político-militar em Angola e da evolução da situação em Portugal por forma a termos militares conscientes e integrados no processo de descolonização e no processo revolucionário em Portugal.

Dentro deste conceito a dinamização em Angola apenas diz respeito ao pessoal das Forças Armadas não se pretendendo, portanto, como em Portugal, fazer a identificação dos militares com o povo angolano, o que seria impraticável neste processo de descolonização.

A dinamização faz-se sobretudo localmente, a nível de Unidade, ca-

bendo à Comissão do MFA, eleita pela Unidade, um papel primordial no desenvolvimento das acções de esclarecimento e na mobilização do pessoal para uma participação efectiva e consciente na vida da Unidade.

A estrutura do MFA além de assegurar, através das suas assembleias, o esclarecimento das Comissões de Unidade tem um órgão específico destinado à dinamização: a CDPA, criada por desdobramento do CCPA e da qual fazem parte oficiais, sargentos e praças dos três ramos das Forças Armadas eleitos dentro dos respectivos ramos.

Em íntima colaboração com a CDPA trabalha a Secção de Informação Interna e Relações Públicas (Sec Ir), integrada no Gabinete Militar do Alto Comissário, à qual pertencem oficiais escolhidos destinados às equipas de dinamização (todos do Exército).

A acção das CDPA e Sec Ir tem-se desenvolvido no sentido de apoiar as Comissões de Unidade, pelo fornecimento de textos de apoio a sessões de esclarecimento sobre problemas angolanos e portugueses, noticiários, cartazes e disticos e, ainda,

através do envio de equipas de dinamização.

As visitas de equipas de dinamização às unidades é precedida de uma preparação prévia que inclui o contacto com o Comando Territorial e respectiva Comissão do MFA, e o estudo e análise dos problemas apresentados e dos temas a tratar. Até há cerca de três meses, conseguiu-se manter um programa de rádio, cuja interrupção se tem mantido apesar das diligências feitas para retomar as emissões.

A publicação de textos destinados aos militares tem-se expandido sensivelmente, embora se sinta que caso houvesse uma colaboração mais activa por parte de Portugal, muito mais eficiente poderia ser esta acção.

No que se refere às equipas de dinamização a sua actividade tem sido variável, sendo evidentemente menor nos períodos de maior tensão. No entanto, já foram percorridas a maioria das Unidades de Angola, tendo incidido ultimamente a actuação das equipas no CT CABINDA, por um período de uma semana.

O esforço desenvolvido neste campo tem assim sido grande em Angola e não temos dúvidas que tem contribuído de forma relevante para a dignidade do comportamento das Forças Armadas neste território no presente processo de descolonização, apesar dos sacrifícios e incompreensões a que têm estado sujeitas.

DICIONÁRIO POLÍTICO



poder popular

PODER POPULAR é o poder exercido pelo Povo, organizado de forma democrática, em todos os locais de trabalho e habitação: nas fábricas, nas empresas, nas herdades, mas oficinas, nas escolas, nos hospitais, nas associações culturais, desportivas, recreativas, nas cooperativas, nos bairros, nos quartéis, nos sindicatos, nas ligas de pequenos e médios agricultores.

PODER POPULAR é a organização dos trabalhadores em comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia em estreita ligação com: assembleias de soldados, marinheiros, sargentos e oficiais.

PODER POPULAR é a democracia e a liberdade para aqueles que nada têm a perder e têm tudo a ganhar: garantia de trabalho, alimentação, vestuário, habitação, saúde, ensino, desporto, tempos livres, protecção na doença e na velhice.

PODER POPULAR é o caminho para acabar com a exploração, opressão, parasitas, vagabundos, privilegiados.

PODER POPULAR é o Povo e só o Povo quem ordena.

PODER POPULAR é uma forma de organização apartidária das classes trabalhadoras e seus aliados que

lhes possibilita não serem vítimas de partidos burgueses que com falsas promessas e bonitas palavras aproveitam a ignorância e o atraso de muitos trabalhadores, para continuarem a enganá-los, explorá-los e oprimi-los.

PODER POPULAR é a resposta das classes exploradas e oprimidas para defenderem os seus interesses quer nos locais de trabalho quer nos locais de habitação.

PODER POPULAR é a libertação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores.

PODER POPULAR é a construção do socialismo e a destruição do capitalismo.

PODER POPULAR é a via do Povo, para o socialismo, e finalmente para a sociedade sem classes.

PODER POPULAR é o caminho certo para a Reforma Agrária e o fim dos latifundiários, absentistas, do desemprego e emigração forçada.

PODER POPULAR é a via para a Independência Nacional e o fim do domínio imperialista sobre PORTUGAL.

PODER POPULAR é o poder dos camponeses e seus aliados, pequenos e médios agricultores. Nem

um só hectare de terra por cultivar. A terra para quem a trabalha.

PODER POPULAR é a semente, o embrião, do novo ESTADO SOCIALISTA, a tomada do poder pela classe operária e seus aliados: os camponeses, os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios industriais, os pequenos e médios comerciantes.

PODER POPULAR é a aliança do povo trabalhador com o povo fardado: soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários.

PODER POPULAR és tu, operário, és tu camponesa, és tu, soldado e marinheiro, és tu, mãe pobre, és tu, pescador, és tu, morador de bairro da lata, és tu, vítima da exploração capitalista, és tu, camponês sem terra e sem arado, és tu, funcionário esmagado pela burocracia, és tu, pequeno agricultor e industrial vítima dos intermediários e do capitalismo, és tu, criança, sem golfe, sem creche, sem escola, sois todos vós, vítimas da exploração capitalista, do colonialismo, do fascismo, do imperialismo.

Sois todos vós, o **PODER POPULAR**;

ORGANIZAI-VOS
LUTAI PELO SOCIALISMO
CONSTRUINDO
O **PODER POPULAR**

independência nacional

que rumo tomar?

algumas reflexões

Três dos mais importantes documentos elaborados pelo MFA — o seu Programa, o Plano de Acção Política e o Projecto de Aliança MFA-Povo — são unânimes em considerar como um objectivo fundamental a atingir pela revolução portuguesa a Independência Nacional.

Para ela, para a sua conquista, a descolonização processada na Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola e Timor, foi e é um passo importante que as forças revolucionárias e o MFA, souberam dar. Sem ele a questão da Independência Nacional ficaria irremediavelmente protelada.

Mas esse passo não significa, por si só, o atingir-se a meta pretendida. A independência de um país reveste-se, no momento actual, de diversos aspectos que, desrespeitados, significam dependência: tecnologia, cultura, economia (sobretudo).

Posto o problema, podemos salientar a necessidade imperiosa de Portugal se lançar ao ataque precisamente no campo em que a sua dependência é real: a economia. Lançar-se firmemente e corajosamente, sem que, contudo o voluntarismo e o espontaneísmo tenham lugar.

Procurando situar a base económica com que partimos para esse ataque, iremos analisar os rumos possíveis de serem escolhidos.

Assim, e numa visão rápida da situação económica do país encontrada pelo 25 de Abril, temos que:

- A nossa balança comercial é muito deficitária, bem como a balança de pagamento;
- É extrema a dependência económica em relação aos países capitalistas desenvolvidos (cerca de 80% da nossa economia depende dos EUA, Alemanha Federal, França e Inglaterra);
- Há delimitação rigorosa dos nossos mercados externos (80% com os países já considerados, cerca de 1% com os países socialistas, cerca de 12% com as ex-colónias — Angola e Moçambique — cerca de 7% com os restantes países);
- A exportação de mão-de-obra continua a ser a principal fonte de receitas;
- Uma agricultura completamente desprezada;
- Uma indústria em bases incipientes (para a sua afirmação como indústria) mas propiciadora de grandes lucros do capital, mercê da opressão dos trabalhadores;
- A exploração das matérias-primas das colónias era feita fundamentalmente através de capitais estrangeiros, colocando Portugal numa posição de colonialista e colonizado;
- Um macrocefalismo do litoral, perante um interior pobre, explorado e donde as populações fogem à miséria.

Quer isto dizer que, vivendo actualmente um processo revolucionário que visa a construção duma sociedade socialista e a conquista duma real Independência Nacional, o povo Português terá que lutar duramente no campo económico.

A batalha (guerra!!) pela independência económica é (não sejamos utópicos) muito dura e prolongada. Os inimigos são (e serão) determinados e firmes nos boicotes e sabotagens (exportação ilegal (e imoral) de divisas por exemplo), usando todo um arsenal de manobras tendentes a cortar o avanço da revolução. E a sua determinação (não sejamos mais uma vez utópicos) possa, ela sim, pela destruição económica e social do país, pela repressão mais rigorosa, pela opressão mais feroz das classes trabalhadoras, até conseguir o seu objectivo final: a posse do poder político num regime "democraticamente" fascista.

Temos que conquistar, revolucionariamente, a nossa Independência Nacional. Frase simples com a qual "todos" concordam. Mas essa independência, que já passou pela descolonização, e que terá que passar pela independência económica, passa também pela descolonização interna — pelo acabar com os latifundiários e monopolistas, pelo acabar do macrocefalismo do litoral, pelo acabar da exploração do homem pelo homem, em suma, pelo concretizar da revolução socialista no nosso país.

A concretização da revolução socialista terá que ser levada a cabo por aqueles que desde sempre foram os humilhados e oprimidos, por aqueles a quem nunca foi consentida outra chance que o venderem-se como força de trabalho, por aqueles que nada tendo para além dos seus braços, tudo farão para levar por diante a sua revolução, ultrapassando todas as sabotagens, boicotes e traições: as classes trabalhadoras. Porém, para que a revolução socialista se afirme é imprescindível que as classes trabalhadoras conquistem o poder político, detendo, assim, a capacidade de dirigir o processo revolucionário português. No entanto, só consciente e organizadamente esse poder será conquistado. Conscientemente porque não se conquista o Poder para nada, conquista-se para governar, para dirigir no sentido



correcto o avanço do processo revolucionário; organizadamente porque não é com voluntarismos e espontaneísmos que se conquista o Poder e que, conquistado que seja, se governa. Consciente e organizadamente porque os obstáculos a vencer são imensos e as alianças a firmar têm que corresponder ao que delas exige o avanço do processo revolucionário. Alianças internas e externas.

Sabendo quão interligadas estão as alianças a estabelecer interna e externamente, procuremos, de modo breve, analisar que tipo de relações económicas devemos privilegiar com os outros países do Mundo.

Não perdendo de vista que o objectivo final é a Independência Nacional. Parece-nos que poderemos considerar três tipos de relações:

a) *Privilégio nas relações com os países da Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá e Japão* — Significa a manutenção dos laços económicos já existentes. Diversificando muito pouco (ou não diversificando) os nossos mercados externos, a influência ocidental continuaria. Tratando-se da influência de países capitalistas e imperialistas, sem dúvida que essa influência é e será capitalista, portanto baseada no lucro. Como já estamos numa dependência em mais de 80% e como o lucro não cria concorrentes para si próprio, continuaríamos a ser um óptimo exportador de mão-de-obra. Isto é, continuaríamos dependentes como até aqui.

b) *Privilégio nas relações com os países do Terceiro Mundo* — A vulgarização da expressão "países do Terceiro Mundo" (cientificamente incorrecta) faz nela incluir países de governos fascistas ou fascizantes (Chile, Uruguai, etc.) até países de governos socialistas ou socializantes (Moçambique, Argélia, etc.). Ao analisarmos esta hipótese surge-nos, portanto, desde logo, a necessidade de estabelecer relações económicas com os países cuja via de desenvolvimento esteja em harmonia com o processo revolucionário que vivemos. Por outro lado quais poderão ser as relações económicas a estabelecer com esses países (socialistas ou socializantes)? Importarmos matérias-primas e exportarmos produtos transformados? Importarmos bens alimentares e outros e exportarmos a pouca indústria que temos (calçado, têxtil)? Temos que ser realistas: esses mesmos países procuram, também, a sua independência económica, lutam, também, pelo seu desenvolvimento, depois de se terem libertado há pouco tempo do colonialismo dos países capitalistas e imperialistas.

Não tendo, portanto, indústrias desenvolvidas, procurando afinadamente o fortalecimento da agricultura, tendo, na sua maioria, como principal exportação matérias-primas, necessitam mais de apoio do que podem dar. Poderemos nós contribuir para esse apoio, realistamente, importando matérias-primas, transformando-as na nossa indústria e exportando o produto acabado, em relações de trocas

que satisfaçam ambas as partes? Não será fácil. Necessitaríamos de uma outra indústria, capaz de concorrer nos mercados internacionais com os países capitalistas: a que temos ou está montada em bases incorrectas (produtos tradicionais) ou está profundamente subjugada pelo capital internacional.

Perante esta dependência estreita, as relações que poderíamos estabelecer teriam, como consequência a curto prazo, a institucionalização, de facto, de um intermediarismo entre os países capitalistas e imperialistas e os países do Terceiro Mundo. Isto é, seria privilegiar o neocolonialismo pondo-lhe o carimbo "socialista" do intermediário. Há no entanto alguns (mas poucos) países do chamado Terceiro Mundo, com os quais o estabelecimento de relações comerciais darão um significativo contributo à nossa Independência Nacional. Referimo-nos em especial aos países produtores de petróleo.

c) *Privilégio das relações com os países socialistas* — A tecnologia avançada e a elevada produção já conseguida pelos países socialistas contrastam fortemente com as relações que até agora com eles foram estabelecidas por Portugal — cerca de 1% do total das nossas relações económicas. Tendo estado até agora (e estando ainda) com os seus mercados externos rigidamente demarcados, Portugal tem necessidade absoluta de os diversificar, procurando por um lado colocar os seus produtos (dependentes de uma total reestruturação da sua economia) nos países socialistas e, por outro, receber um apoio tecnológico indispensável para a efectivação de uma reconversão da sua indústria e para a consolidação da reforma agrária. É no entanto fundamental a reestruturação da economia, tendo em vista uma economia socialista cujo objectivo final é a situação das necessidades das massas trabalhadoras. No entanto esta abertura em relação aos países socialistas não pode significar o corte brusco com os nossos mercados tradicionais — a dependência em relação a estes é demasiado grande para que se pudesse obstar às consequências graves de uma ruptura imediata com os países capitalistas.

Estas as principais hipóteses que nós teríamos. Mas a sua relação estreita com a vivência interna do país obrigam-nos a atender às condições socio-políticas do momento presente e a deter-nos especialmente nas conquistas democráticas já conseguidas pelas classes trabalhadoras — as nacionalizações, a reforma agrária, a unicidade sindical, a institucionalização do poder popular — e, perante elas, a pergunta: serão elas compatíveis com todas as hipóteses acima postas?

Vejamus:

a) *Ligação aos países capitalistas* — O capitalismo baseia-se na apropriação privada dos meios de produção, na exploração do homem pelo homem, na exploração da força de trabalho das classes trabalhadoras. É essa exploração que a revolução

portuguesa quer destruir, sendo as conquistas já alcançadas a mais cabal demonstração da firmeza com que as massas trabalhadoras lutam pela sua libertação. É evidente, assim, a incompatibilidade do processo revolucionário português com o capitalismo. Não nos esqueçamos, no entanto, voltamo-lo a afirmar, que essa manifesta incompatibilidade não deve significar ruptura. Ao contrário os esforços devem ser grandes no sentido de se estabelecerem acordos económicos em bases correctas (e não em bases que até hoje deram vantagens unilaterais ao capital internacional). Mas esses esforços não são compromissos aceites com a opção socialista já tomada, nem pedidos de apoio: são, *têm que ser, exigências de acordos bilaterais com vantagens mútuas e em que o preço político esteja fora de causa.* Aliás os resultados obtidos na conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia, em Helsínquia, consagram a tendência mundial no sentido do aumento das relações entre países com sistemas sociais diferentes, condenando-se a ingerência nos seus assuntos internos.

b) *Ligação aos países do Terceiro Mundo* — Ao pretenderem o Poder, as classes trabalhadoras não têm como objectivo ir, depois de conquistado, entregá-lo a outrem. A hipótese presente — privilegiar relações económicas com países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento — é, objectivamente, uma emulação do intermediarismo (não nos deixando senão o papel de ponto de passagem da riqueza de outros), e só deixaria como saída a dependência em relação aos países mais fortes no circuito: os países capitalistas e imperialistas. Tal como na primeira hipótese, é saliente a incompatibilidade do que pretendemos e do que é apresentado. Isto de modo algum exclui os países do Terceiro Mundo como países de grande importância nas nossas relações externas aos diversos níveis: económico, cultural, político. Aliás, neste caso, serão importantíssimos os laços já existentes com os novos países que resultaram da descolonização: foram um passo para a conquista da nossa Independência, serão, sem dúvida (se estabelecidos em bases correctas de apoio e respeito mútuos) um passo decisivo para a nossa Independência económica.

c) *Ligação aos países socialistas* — Visando o processo revolucionário português a construção de uma sociedade socialista, os acordos a estabelecer com os países socialistas serão não só lógicos como fundamentais: a sua experiência e o seu apoio técnico ser-nos-ão um factor de real consolidação das conquistas democráticas já alcançadas, permitindo o avanço harmónico da nossa revolução, recusando também neste caso o jogo de influências no evoluir do processo português.

Abriu decididamente, com as condições já expostas, as portas aos acordos com os países socialistas, representará, assim, dois factores primordiais: a coerência do processo revolucionário e a sua própria defesa.

PODER POPULAR

a experiência do RALIS

Inúmeras comissões de trabalhadores e moradores existem já, de Norte a Sul do País. É certo que nas regiões rurais a Norte do Tejo, não cobrem ainda uma parte importante da população e das classes trabalhadoras. Porém, não deixa de ser significativa a sua rápida expansão nas zonas de concentração industrial, nos bairros pobres e operariado rural do Sul do Tejo. Mas se tivermos em conta que a Academia Militar, em 25 dias de dinamização no distrito da Guarda, foi capaz de promover dezenas de comissões de aldeia em vários concelhos de distrito, poderemos concluir que com um esforço sério de todas as unidades militares e partidos interessados na Revolução Socialista, o Poder Popular poderá estender-se rapidamente por todo o País em curto prazo de tempo, ao nível da sua primeira fase organizativa. Só o boicote de partidos burgueses (sociais-democratas), tem impedido a sua mais rápida expansão e será concerteza de futuro o maior obstáculo ao alargamento de base do Poder Popular. Claro que a estes partidos não agrada a perspectiva de perderem os seus poleiros em assembleias burguesas tão à moda das ditas democracias do imperialismo ocidental.

Eles sabem perfeitamente que numa fábrica os trabalhadores não elegem para seus representantes os administradores e "senhores doutores" e que nos bairros pobres, nos bairros da lata, esses senhores também não têm hipótese. Eles não vivem e não sofrem lá.

As massas trabalhadoras apercebem-se cada vez mais que a luta partidária nos termos em que tem sido travada, as divide e desune por objectivos que não são os seus. Apercebem-se cada vez mais que o socialismo, a sua libertação, é obra dos próprios trabalhadores e que a sua união deverá consolidar-se em organizações populares, apartidárias e autónomas. Apercebem-se de que os partidos devem trabalhar para o Povo e não o Povo para os partidos. O Poder Popular, débil e espontaneista, por enquanto, começa a encaminhar-se nalgumas zonas industriais, para uma fase superior organizativa. A pulverização e descoordenação de órgãos base do Poder Popular, assiste-se em vários locais, à tentativa de coordená-los, solidificá-los, organizá-los e transformá-los em órgãos representativos e verdadeiramente democráticos de largas camadas da população e massas trabalhadoras.

Com a aprovação do projecto de Aliança Povo-MFA na Assembleia do MFA, em 9 de Julho, os militares progressistas deste País, assumiram para com o Povo Português a enorme responsabilidade de contribuírem activamente na construção do Poder Popular, pondo todo o seu esforço, abnegação, capacidade e recursos materiais das suas unidades ao serviço do Povo, de que são o braço armado. Hoje, vamos relatar a modesta mas significativa experiência que se passa na zona do RALIS, mais especificamente em Marvila.

É uma experiência em marcha, ainda no início, cheia de dificuldades mas que pode ser útil.

UM ANO DE HISTÓRIA
(16 de Março de 1974 —
11 de Março de 1975)

O levantamento das Caldas da Rainha em 16 de Março de 1974 acabou por ver frustrados os seus intentos, em

menos de 24 horas. A barrar-lhe o caminho para Lisboa, estiveram várias forças militares, desde — GNR ao RALIS. No seguimento à rendição dos revoltosos seguiu-se a repressão. Cerca de 40 militares, entre eles muitos oficiais são detidos e presos nesta unidade. No RALIS, os oficiais progressistas fomentam a discussão entre os militares da unidade, sobre os acontecimentos. Mas afinal porque se revoltaram os seus camaradas?

Em 25 de Abril de 1974, o RALIS, não teve papel activo no derrube do fascismo, mas também não se lhe opôs.

Alguma coisa começava a mudar. Sobretudo, desde que para a unidade entraram mais alguns oficiais progressistas de grande capacidade organizativa (já demonstrada na preparação do 25 de Abril).

Entretanto a criação do COPCON de que o RALIS passou a fazer parte, introduz um elemento decisivo na vida da unidade com a intervenção constante, quotidiana, dos seus militares em manifestações, conflitos de trabalho, ocupações de casas, etc. O contacto com as realidades sociais e políticas acordou-os para a política e para o seu papel nesta sociedade. Uma vez por outra organizam-se debates internos sobre problemas para que são chamados a intervir, ou a pretexto de uma ou outra sessão de cinema e teatro. Surgem as comissões de bem-estar, para resolver problemas concretos dentro da unidade, de melhoria de condições para os militares. Mas nem tudo são facilidades. Pelo contrário. Só com grandes dificuldades se avança no RALIS e contra diversas oposições vindas de cima.

Se o regime fascista foi derrubado em 25 de Abril, muitos fascistas, permaneceram em postos-chaves. Quem não se lembra da Junta de Salvação Nacional? Mas da unidade indisciplinada, indecisa e pouco armada do 25 de Abril, o RALIS transformou-se numa unidade forte militar e politicamente disciplinada, sempre pronta a actuar e conseguir ser um poderoso dissuasor de Spínola, quando na noite de 27 para 28 de Setembro teve retido o general Otelo. Depois foi o travar da *maioria silenciosa* nas barragens conjuntamente com populares, a prisão de notórios fascistas e o desmantelamento de organizações reaccionárias e conspirativas. Internamente avança-se um pouco mais na democratização da unidade. Constituem-se equipas de formação interna, que no entanto, pouco avançam, devido a oposições que só depois do 11 de Março viriam ser sanadas. O ataque aéreo à unidade pelos reaccionários spinolistas de que viria a resultar a morte do camarada Luis e vários outros feridos, é por um lado o reconhecimento pelos reaccionários de que o RALIS, era uma unidade progressista de grande importância num confronto militar, e por outro lado, veio a constituir mais um factor de ligação da unidade ao processo revolucionário ao lado das massas trabalhadoras, o que aliás já se vinha publicamente manifestando por mais de uma vez. Reciprocamente foi decisiva a intervenção popular no 11 de Março evitando o confronto com os pára-quedistas de Tancos.

DEPOIS
DO 11 DE MARÇO

As assembleias de unidade que já se vinham realizando antes do 11 de Março, constituídas por elementos



eleitos em cada bateria, ganham novo impulso. Os soldados cativam a sua participação, e das equipas de informação interna sai um projecto da Assembleia de Delegados da Unidade que é em grande parte o projecto base das Assembleias de Delegados da Unidade (ADU's) instituídas em 23 de Março pelo Conselho da Revolução. De salientar ainda, que verdadeiramente não há casos de indisciplina dentro da unidade. Pelo contrário, a maior consciência política dos militares, foi acompanhada duma maior responsabilização individual e colectiva. Os pequenos problemas disciplinares surgidos, começam a ser resolvidos a nível de pelotão, com resultados positivos. O tratamento entre os militares da unidade de diversas graduações, é informal e de respeito, os soldados participam nas rondas aos postos durante a noite, o refeitório e bares são comuns, e por aprovação em assembleia da unidade, nenhum militar da unidade pode permanecer dentro do aquartelamento com trajo civil, excepto quando entra ou sai.

Neste momento procura-se dinamizar a actividade cultural e um pequeno grupo de teatro trabalha numa peça. Externamente e em função das ligações entretanto desenvolvidas com as comissões de trabalhadores e mora-

dores, prevê-se que comecem brevemente sessões de esclarecimento em fábricas.

PONTO NEGATIVO

A mobilização popular em volta do RALIS, gerada com o 11 de Março, não parou de crescer. Porém como aspecto negativo devem salientar-se as tentativas oportunistas de certas organizações partidárias procurarem a todo o transe fazer identificar as posições do RALIS, com as posições dessas organizações. Várias foram de facto essas tentativas, já de domínio público, que em nada ajudam o processo revolucionário português por susceptíveis de provocar atritos ou pelo menos desconfiança de sectores da população e outras unidades perante o RALIS.

Do mesmo modo, tentar demagogicamente e às vezes com um sensacionalismo jornalístico absolutamente despropositado, fazer do RALIS uma *unidade militar vedeta*, mais não significa que distorcer o seu papel na situação política e militar, e em última análise causar a divisão no MFA.

Por isso foi aprovada em Assembleia de Delegados da Unidade a seguinte moção, que transcrevemos por eluciativa:

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DA UNIDADE DINAMIZAÇÃO INTERNA

Vivendo-se neste momento em Portugal o auge da luta de classes e do assalto ao poder político, a ADU chama a atenção dos militares da Unidade para o perigo que representará para a Unidade e para a classe operária que defendemos a identificação do RAL 1 com qualquer organização partidária. A unidade revolucionária do RAL 1 foi conseguida porque em vez de travarmos lutas partidárias enveredamos sempre pela luta antifascista consequente e pelo apoio total aos trabalhadores em todas as ocasiões em que fomos chamados a intervir.

Recusamos decididamente qualquer tipo de censura ou repressão individual por questões partidárias, mas achamos que todos os documentos ou afirmações que envolvam o RAL 1 devem ser discutidos amplamente no campo ideológico e sobre eles todos os militares devem expressar a sua opinião.

Consideramos o fascismo como o principal dos inimigos que espreitam a sua oportunidade para esmagar a classe operária e, assim, achamos que a vigilância revolucionária antifascista deverá ser a principal tarefa dos militares do RAL 1.

Neste momento em que o bando fascista do ELP espreita o povo, para provocar a confusão e o sangue, aproveitando as eleições, nós temos de nos manter na nossa máxima força no quartel, prontos a fazer cair sobre esses assassinos a nossa mão de ferro e a defender o povo contra as sabotagens e ataques que são sempre possíveis.

Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1, 24 de Abril de 1975.

O PODER POPULAR O PRIMEIRO PASSO

Além da posição militar estratégica que ocupa na entrada norte de Lisboa, o RALIS situa-se numa zona de forte concentração industrial e de problemas sociais importantes, entre eles o da habitação, com predomínio para os bairros da lata. Não admira pois,

que os trabalhadores e moradores da zona, tenham procurado reforçar os seus laços de união com o RALIS. O primeiro passo nesse sentido foi dado cerca de 15 dias antes da aprovação do projecto da Aliança Povo-MFA pela AMFA (de 9 de Julho), num plenário realizado nos olivais, onde foi pedida a presença e participação de representantes do RALIS.

Porém dias depois efectuou-se um outro plenário na Marvila com o objectivo de preparar uma Assembleia Popular que veio a realizar-se em 13 de Julho com a presença de 23 comissões de trabalhadores, moradores, colectividades locais e RALIS. Nesta Assembleia Popular depois de aprovadas algumas propostas de carácter político (entre elas uma de apoio às decisões da AMFA de 9 de Julho) aprovou uma outra de que constam a definição, objectivos e constituição e eleição do executivo da Assembleia Popular de Marvila e de que transcrevemos os passos mais significativos:

Definição e objectivos e constituição da Assembleia Popular de Marvila.

Definição e objectivos

- 1.º A Assembleia Popular de Marvila é um órgão presente dos Trabalhadores e Moradores de Marvila, autónomo e apartidário e que represente os seus interesses a todos os níveis.
- 2.º A Assembleia Popular de Marvila reconhece como órgãos de poder popular em Marvila as Comissões de Moradores e Comissões de Trabalhadores já eleitas.
- 3.º A Assembleia Popular de Marvila visa o reforço da aliança-massas populares/MFA, garantido a articulação das CM e CT com a ADU do RALIS.
- 4.º A Assembleia Popular de Marvila tem por objectivo fundamental mobilizar as massas trabalhadoras para as tarefas da construção de uma sociedade socialista, contribuindo simultaneamente para a resolução dos mais prementes e imediatos.
- 5.º A Assembleia Popular de Marvila representa pois, as aspirações da classe e a organização autónoma dos trabalhadores.
- 6.º A Assembleia Popular de Marvila deverá substituir progressivamente os organismos do aparelho de estado, caduco e ineficaz devendo para tal ter capacidade de legislação a nível local sobre todos os problemas que afectem os trabalhadores.

Constituição

A Assembleia Popular de Marvila é constituída, e apenas, por:

- Comissões de Moradores na totalidade dos seus membros.
Comissões de Trabalhadores, na totalidade dos seus membros.
1 representante da CA da Junta de Freguesia de Marvila.
1 representante dos Centros Sociais de Marvila.
1 representante das colectividades de Marvila com mais de 200 sócios.
2 representantes das colectividades de Marvila com mais de 1000 sócios.
Representantes da ADU do RALIS.

Posta à votação, foi aprovada.

Normas de funcionamento e tarefas prioritárias do Secretariado Executivo Provisório.

1— Normas de funcionamento

- 1.º A sua composição deve ser rigorosamente aquela que foi aprovada, o que implica que só poderão assistir às suas reuniões os elementos que forem eleitos;
- 2.º Deve realizar no mínimo uma reunião semanal, em dia, hora e local

(Cont. na pág. 10)

a agricultura no norte do país

É frequente, ao falar-se de Reforma Agrária, entender por isso a simples expropriação dos latifúndios.

É indispensável tornar bem claro que a Reforma Agrária a fazer em Portugal é muito mais do que isso. A expropriação dos latifúndios é um aspecto da Reforma Agrária, que é muito importante ao sul do Tejo e na parte sul do distrito de Castelo Branco, mas que quase não tem significado na parte norte do País, nos Açores e na Madeira.

Se a Reforma Agrária se limitasse à expropriação dos latifúndios, no Norte não haveria na prática Reforma Agrária. E a verdade é que é precisamente ao Norte do Tejo que vive a grande maioria dos agricultores portugueses. Esta grande massa de agricultores contribui de uma forma muito importante para a produção nacional de bens. E constitui a camada de trabalhadores das mais desfavorecidas.

O que caracteriza um agricultor é o facto de ser dono de uma pequena exploração agrícola em terra própria ou arrendada e de ser ele próprio e a família a trabalhar nessa exploração de forma a assegurar assim a execução da maior parte do trabalho necessário à exploração.

A remuneração do trabalho dos agricultores não se traduz num salário, mas na recolha das produções agrícolas. Quando um agricultor faz a colheita das uvas, ou do milho da sua exploração, ou a venda de um animal está a obter a compensação pelo seu trabalho ao longo do ano na sua exploração agrícola.

Os agricultores não vivem portanto nem de um salário, porque não trabalham para nenhum patrão, nem de lucros porque o trabalho para a sua exploração é fornecido no essencial por ele e pela família.

Caracterizado assim o agricultor, que constitui um grupo profissional muito numeroso no nosso país e consequentemente com um enorme peso económico, é preciso ver quais são os principais problemas sociais e económicos que os atingem, de modo que a Reforma Agrária seja integrada por um vasto leque de medidas que os resolva.

Porque a compensação que os agricultores recebem pelo seu trabalho ao longo do ano é constituída pelas colheitas, põe-se logo um problema central e muito sentido pelos agricultores que é a necessidade de terem garantia de venda para todas as suas produções logo na altura das colheitas, e de os preços dos produtos que vendem serem fixados antes do início dos trabalhos anuais de produção (sementeiras, podas, etc.). Em diversos encontros e conferências de agricultores feitos no país foram aprovadas conclusões no sentido de a garantia de venda e de preços ser feita por organismos de comercialização especializados por tipos de produtos agrícolas (vinho, fruta, óleos e azeite, cereais, carnes, leite, etc.) que, em vez de comprarem directamente aos agricultores, deverão fazer a compra a cooperativas agrícolas de comercialização organizadas a nível de concelho, as quais por sua vez farão a recolha directa dos agricultores de todas as produções que queiram vender aos preços fixados pelo Estado com a necessária antecedência.

Esta forma de organização da recolha dos produtos agrícolas tem a vantagem de ser controlada na sua execução pelos agricultores através das

assembleias gerais das cooperativas agrícolas de comercialização e evita a burocratização especializada.

Estas cooperativas agrícolas de comercialização devem assegurar o fornecimento aos agricultores de todos os produtos necessários à agricultura (rações, adubos, pesticidas, pequenas máquinas, etc.). E porque os agricultores nem sempre dispõem do dinheiro necessário para pagar a pronto os produtos que compram deve ser concedido crédito a curto prazo sob a forma de espera de pagamento. É este já o esquema adoptado pelo Crédito Agrícola de Emergência. E está certo. Os agricultores não podem ter uma escrita organizada e por isso é-lhes impossível ou muito difícil recorrer ao crédito a curto prazo através do processo normal do desconto de letras nos bancos. E se a espera de pagamento for feita pelo tempo necessário para a colheita futura se fazer, o que normalmente não ultrapassa o prazo de um ano, os agricultores podem pagar os créditos que a cooperativa agrícola de comercialização conceder com a entrega de produções na altura das colheitas.

Este esquema põe um problema importante e muito sentido pelos agricultores, que é o do seguro das culturas contra acidentes que comprometam as colheitas previstas, tais como geadas, cheias, incêndios, etc. Também os agricultores já por diversas formas tomaram posição sobre

esta questão e indicaram as grandes linhas para a sua solução. Os riscos sofridos pelos agricultores relativamente à sua actividade são de dois tipos: o acidente isolado que atinge isoladamente um ou outro agricultor tal como a morte de um animal, o incêndio de uma ceara, etc.; e o acidente que atinge todos os agricultores de uma zona ou região tal como uma cheia, uma geadada, um vendaval, uma peste que mate os animais, etc. O primeiro tipo de riscos deve ser coberto pelo sistema normal de seguros, podendo-se eventualmente especializar uma das Companhias de Seguros Nacionalizadas na sua cobertura. O segundo tipo deve ser coberto pelos recursos do Estado, dado que os prejuízos podem ser muito extensos. Poderá eventualmente ter uma contrapartida que poderá ser um pequeno imposto sobre a produção agrícola.

Deste modo, institucionalizado o seguro de culturas, os agricultores ficam certos de que receberão sempre o valor das produções reais que obtêm, ou, no caso de acidente, o valor das produções que esperavam obter. E assim estarão sempre seguros de que o seu trabalho receberá sempre a devida compensação.

Um outro problema importante que a Reforma Agrária deve solucionar é o da segurança social. Não se justifica que os trabalhadores da terra não tenham direito a segurança social, ou

que tenham direitos de segunda ordem através dos fundos de previdência das Casas do Povo. A recente publicação do decreto-lei n.º 174/A/75 de 1 de Abril sobre previdência rural veio alargar substancialmente os direitos dos agricultores no domínio da Segurança Social, mas a verdade é que as Casas do Povo, que estão na sua quase totalidade por sanear, não lhe estão a dar o devido cumprimento, pelo menos a maioria delas.

É indispensável rever no prazo de seis meses o decreto n.º 174/A/75, conforme o seu texto determina. Mas a sua revisão não pode ser tecnocrática, mas revolucionária. As Casas do Povo continuam a ser as velhas estruturas fascistas, cuja lei orgânica é ainda a lei fascista. A sua frente continuam na maior parte delas caciques fascistas a gerir os dinheiros da previdência, que são milhões de contos, sem um sistema de controle apurado e centralizado.

Só a passagem das funções de previdência das Casas do Povo para as Caixas Distritais de Previdéncia poderá permitir uma correcta gestão dos actuais fundos de previdência das Casas do Povo, e determinará o golpe final nessa estrutura corporativa fascista que ainda se mantém.

Os agricultores deverão passar a ter condições de segurança social que progressivamente os equiparem aos restantes trabalhadores do país: reforma suficiente, assistência médica, abono de família, subsídio de maternidade, etc. Deste modo os agricultores sentir-se-ão seguros na sua actividade profissional e poderão com segurança desenvolver a produção agrícola que é essencial ao desenvolvimento económico do país. Para além da garantia de preços e de escoamento dos produtos agrícolas, do seguro de culturas, do crédito a curto prazo, e da segurança social é indispensável que a Reforma Agrária inclua medidas que levem à cons-

trução progressiva e acelerada das infraestruturas económicas e sociais necessárias ao desenvolvimento económico das aldeias e todas as zonas rurais (estradas, electricidade, obras de regadio, etc.), ao desenvolvimento cultural (bibliotecas, casas de cultura, instalações desportivas, etc.) e de bem estar local (água para uso doméstico, esgotos, etc.).

Estas obras são caras e por isso não poderão ser feitas num prazo muito curto. A iniciativa das populações a nível de aldeias, de freguesia e de concelho poderá desempenhar a grande tarefa de motor para a realização destas obras. As populações organizadas em comissões de moradores podem e devem determinar quais são as obras e iniciativas mais urgentes, participar nos trabalhos de execução reunindo fundos e fazendo trabalho directo, obter a colaboração do trabalho e de maquinaria das Forças Armadas, e a ocupação organizada de trabalhadores desempregados que beneficiem de subsídio de desemprego.

Com efeito, havendo uma imensa tarefa a executar em todo o país de abertura de acessos a aldeias, de abertura de caminhos, de obras de rega, de abastecimentos de água, e de esgotos, não se compreende que haja trabalhadores no desemprego. Os desempregados têm direito, como é justo, a um subsídio de desemprego. Mas não devem de modo nenhum ser deixados inativos num país onde há tanto para construir.

No âmbito da Reforma Agrária já foi tomada uma importante medida de carácter legal que irá ter profundos reflexos na melhoria da situação económica e na estabilidade dos agricultores rendeiros. É a lei de arrendamento rural promulgada pelo decreto lei n.º 201/75 de 15 de Abril. Mas outras medidas de carácter legislativo devem num prazo muito curto ser promulgadas de modo a dar resposta positiva a antigas e justas reivindicações dos agricultores.

Assim é preciso abolir imediatamente os foros e acabar de vez com esse direito medieval que constitui ainda um pesado encargo para muitos agricultores do país.

É preciso promulgar uma lei sobre os baldios usurpados ao povo pelo regime fascista e restituí-los de novo ao povo.

É preciso extinguir o regime de colónia na Ilha da Madeira e libertar os caseiros madeirenses da feroz e desumana exploração a que estão sujeitos.

As ilhas dos Açores e da Madeira põem ainda problemas específicos por causa do custo dos transportes quer para os produtos necessários à agricultura quer para as produções agrícolas que vendem no Continente. É indispensável rapidamente pôr em prática um sistema de preços únicos em todo o mercado nacional para todos os produtos utilizados directa ou indirectamente na agricultura (rações, adubos, cimento, ferro, etc.) de modo que o custo do transporte desses produtos para as ilhas seja suportado pela economia geral de cada produto.

As produções agrícolas das ilhas devem ter um tratamento preferencial em relação a produtos do mesmo tipo importados. É o caso em especial das bananas da Madeira para as quais se deve estabelecer um regime de protecção e de preços de garantia de modo que só se importem do estrangeiro bananas quando a Madeira não produza o suficiente para as necessidades do país. O mesmo se deve fazer com o leite, a carne e os ananases açoreanos.

Estas são as principais medidas que devem integrar a Reforma Agrária nas vastas áreas do país onde domina a pequena e média exploração agrícola. Neste momento e durante um período que poderá durar alguns anos as pe-



quenas e médias explorações agrícolas devem ser fortemente apoiadas e encorajadas. Isso implica ainda a necessidade de se pôr em prática uma política de investimentos ou de apoio a investimentos que permitam a curto prazo o desenvolvimento da produção. As pequenas e médias explorações agrícolas têm uma capacidade de resposta muito rápida a todos os estímulos, porque, dada a sua dimensão, utilizam técnicas de produção bastante simples que não obrigam a grandes investimentos nem a programações e execuções demoradas.

Qualquer agricultor que passe a poder dispor de pasto suficiente para mais uma vaca, quer abrindo um poço e desse modo obtendo por regadio maior quantidade de forragem, quer adubando melhor as terras que cultiva, constrói rapidamente, a maior parte das vezes pelas suas mãos, mais um curral e nele instala um novo animal, ou comprando-o na feira ou criando-o.

É este comportamento de um agricultor repete-se ao mesmo tempo com dezenas de milhares de outros, desde que a política de preços e de garantia de escoamento dos produtos e de apoio aos pequenos investimentos agrícolas dê aos agricultores a certeza de que o seu esforço de produção será compensado.

Tem-se generalizado a opinião de que a grande solução para os problemas da agricultura é a mecanização feita a elevado grau. Na actual situação da economia portuguesa a mecanização na agricultura só deve ser estimulada se contribuir para aumentar a produção bruta e se contribuir para aumentar ou pelo menos não contribuir para diminuir os postos de trabalho na agricultura.

Por exemplo seria desastroso que nos Açores fosse introduzida de forma generalizada a ordenha mecânica. Isso provocaria uma diminuição de 60% da mão-de-obra necessária para a criação de gado e iria portanto agravar de uma forma espectacular os já existentes problemas de desemprego nas ilhas açoreanas. Mas a abertura de um poço e a compra de um motor de rega em qualquer zona de regueiro do país já pode ter muito interesse, porque vai permitir que a mesma área de solo passe a produzir mais e a empregar mais mão-de-obra.

A mecanização com tractores e respectivas alfaias nas regiões de pequena e média exploração deve ser estudada com a necessária prudência. De acordo com o que atrás se diz ela só deve ser incentivada na medida em que contribua decisivamente para aumentar a produção bruta e não crie ou não agrave problemas de desemprego. Desde que sejam respeitadas estas condições a mecanização com tractores pode tornar possível a substituição a curto prazo de todos os milhares de animais de trabalho (em especial vacas) por gado especializado na produção de leite ou carne, contribuindo assim para o aumento da produção agrícola nacional sem diminuir o nível de emprego na actividade agrícola.

No que respeita à mecanização com tractores e respectivas alfaias nas regiões das pequenas e médias explorações agrícolas tem sido frequente propor-se como melhor solução o fomento de cooperativas agrícolas de utilização de máquinas, ou a criação de secções de máquinas em cooperativas agrícolas de comercialização já existentes. Precisamos de ser realistas e estar atentos para este problema. Quando vários agricultores se associam para utilizar em comum um parque de máquinas eles vão esbarrar rapidamente com a definição do critério de prioridade a seguir quando todos querem fazer ou as sementeiras,

ou as colheitas, ou qualquer outro trabalho que tem o seu tempo próprio e em relação ao qual qualquer atraso se traduz numa quebra de produção. E começam a surgir as discórdias e o espírito de egoísmo que é precisamente o contraposto do espírito de cooperação.

A criação de parques de máquinas do Estado pode ter a vantagem sobre as cooperativas de evitar as guerras entre associados, mas acabará por criá-las entre os agricultores e a administração dos parques, a não ser que estes estejam largamente sobre-equipados.

A melhor solução talvez seja facilitar a compra de tractor a pequenos agricultores para fazerem o trabalho próprio e para fazerem trabalho por alugar para os vizinhos. Deverá contrariar-se por todas as formas o aparecimento de industriais de aluguer de máquinas agrícolas. Mas o fomento da aquisição por pequenos agricultores de um tractor e respectivas alfaias irá evitar os inconvenientes da solução cooperativa ou dos parques de máquinas e estimulará a plena utilização do tractor e a sua melhor conservação. É frequente pequenos agricultores que compraram tractor que em grande parte alugam aos vizinhos fazerem em época de ponta trabalho durante 12 e até 18 horas. A adoptar-se esta solução torna-se necessário que os donos das máquinas façam previamente cursos de mecânica de modo a garantirem uma perfeita manutenção das máquinas. As comissões de moradores por aldeia ou freguesia, bem como as ligas de agricultores, deverão manter sob controle estes pequenos alugadores de máquinas para evitar taxas de

aluguer especulativas ou discriminações nos critérios de prioridade para a execução dos trabalhos.

Logo que o país tenha arrancado com um programa de desenvolvimento industrial começará a haver necessidade de transferência de trabalhadores do sector agrícola para o sector industrial. E é nessa altura que se tornará indispensável fomentar a organização dos pequenos e médios agricultores e dos operários agrícolas das áreas da pequena e média exploração agrícola em cooperativas agrícolas de produção. Nessas cooperativas agrícolas de produção é que deverá ser levada a cabo uma política de mecanização que substitua mão-de-obra de modo a libertá-la para o sector industrial e a permitir o aumento do rendimento do trabalho por cada trabalhador.

De resto, à medida que for sendo desenvolvido o sector industrial do país ele estará em condições de fornecer à agricultura os factores de produção necessários (máquinas, pesticidas, etc.) e passará a alargar o consumo de produtos agrícolas quer através da progressiva industrialização dos produtos agrícolas quer através do aumento da população ocupada no sector industrial e de serviços a qual gastará cada vez maiores quantidades de alimentos.

O desenvolvimento da indústria permitirá assim o avanço na organização da produção no sector agrícola. É o que se pode chamar pôr a economia do país a caminhar nas duas pernas — a da indústria e a da agricultura.

ações, complementos necessários à alimentação animal e pequenos equipamentos.

O crédito será concedido pelo Banco de Portugal através da Banca Nacionalizada que pôs à disposição dos pequenos e médios agricultores a importância de 4 milhões e 500 mil contos.

O Banco de Portugal indicará ao Instituto de Reorganização Agrária (IRA) quais as Instituições de Crédito que nas diferentes regiões concederão o crédito de emergência.

Os agricultores podem recorrer ao crédito através das Comissões Liquidatárias dos Grémios da Lavoura ou das Cooperativas de compra e venda que para tal tenham sido designadas.

Estas entidades intermediárias até ao fim de cada ano agrícola procedem à inventariação das necessidades das pequenas e médias explorações agrícolas existentes na sua área social e remetem-nas ao IRA, juntamente com o respectivo calendário de utilização.

O IRA por sua vez fará o estudo dos resultados dessa inventariação e do calendário de utilização que as entidades intermediárias estabeleceram e enviaram. Compete ainda ao IRA dar o aval ao montante total dos créditos pedidos por cada entidade intermediária.

O montante do aval global concedido pelo IRA aos agricultores poderá atingir cinco milhões de contos.

O IRA depois de ter dado o aval aos montantes de crédito pedidos pelas

entidades intermediárias remete esses pedidos ao Banco de Portugal que informará as Instituições de Crédito o calendário de utilização dos fundos requeridos, para os quais já dispõem do aval concedido pelo IRA.

As Instituições de Crédito, com base nas informações e termo de responsabilidade produzidos pelo IRA iniciarão os financiamentos logo que para tanto sejam solicitados.

As entidades intermediárias deverão remeter mensalmente ao IRA e às Instituições de Crédito a que recorrerem, mapas discriminativos dos créditos utilizados com identificação dos beneficiários.

Por sua vez os agricultores que pediram o recurso ao crédito terão no ex-Grémio ou na Cooperativa uma conta corrente, que irão mobilizando à medida das necessidades, tendo as operações como única garantia o seu comprometimento pessoal no pagamento.

O prazo de empréstimo não poderá exceder 12 meses e a taxa praticada é de 6,5%.

No decurso do ano, os agricultores vão liquidando o empréstimo à medida que vendem as suas produções à comissão liquidatária ou à Cooperativa. As entidades intermediárias à medida que são reembolsadas pelos beneficiários devem liquidar os seus débitos às Instituições de Crédito.

O Instituto de Reorganização Agrária deverá dar conhecimento ao Banco de Portugal do montante global das previsões e da sua distribuição regional.

a banca ao serviço da agricultura

O MFA consciente da necessidade de uma actuação imediata no campo da concessão de crédito à agricultura decidiu concretizar medidas legais que atendam às situações mais prementes, com uma orientação prioritária para apoio às associações de agricultores e aos pequenos e médios produtores agrícolas, até agora praticamente excluídos do acesso ao crédito em condições aceitáveis.

A Banca Nacionalizada veio simplificar as operações financeiras e a gestão dos fundos com que se irá fazer face às necessidades da agricultura.

Foram assim tomadas medidas de emergência que permitiram facilitar aos pequenos e médios agricultores, a aquisição dos factores de produção indispensáveis à sua exploração agrícola e ao aumento de produção que todos desejamos.

Consideram-se pequenos e médios agricultores *aqueles que exploram a terra predominantemente com trabalho próprio e de suas famílias.*

O crédito agrícola de emergência destina-se a permitir o pagamento de serviços de preparação das terras, a aquisição de fertilizantes e correctivos, sementes e propágulos, pesticidas, ra-



a ofensiva da reacção

Num ambiente isolado, iletrado, sem acesso à informação, sem organização popular estruturada, todos os caciques e intermediários parasitas, que vêm os seus interesses em perigo, acoitados no aparelho administrativo (câmaras, juntas, etc.) e nos restos do corporativismo (casas do povo, grémios, cooperativas, etc.) lançam toda a espécie de boatos, mentiras e calúnias sobre o MFA, sobre os "perigos" do comunismo em relação aos seus bens e creanças e às organizações progressistas que lhes denunciam as manobras e alertam os camponeses.

Dessa forma também, boicotam as medidas económicas já tomadas que correspondem a aspirações justas e de longa data, e as que virão a ser tomadas, deturpando-as, distorcendo os seus objectivos, inclusivé voltando-os contra tais medidas, impedindo a sua concretização.

Ficam assim com uma margem de mobilização das massas populares, dividem-nas, fazem-lhes crer que os seus inimigos são os "comunistas" e o MFA, e aí está a reacção capitalista através dos seus agentes (caciques, intermediários, antigos legionários, elpistas, etc.) a atacar. E isto porque presente a "generosidade" do MFA quando advoga uma revolução sem sangue, o que lhe dá mais confiança para actuar não com palavras mas com armas, violentamente.

Assim tem acontecido no assalto a sedes dos partidos progressistas, no ataque a oficiais do Exército isoladamente, no enxovalhamento dos soldados, no assalto a casas de democratas, na colocação de bombas para provocar a insegurança ou para destruir camiões do Exército ao serviço das populações (Pinhel).

Estes acontecimentos ao se desenrolarem no Centro e Norte do País, na Madeira, nos Açores não são obra do acaso. São a expressão clara

do assalto organizado ao poder que se trava depois das eleições pelas forças que não respeitando os acordos realizados com o MFA, criando conflitos artificiais, aproveitando o momento de impasse governativo que eles próprios criaram, dificultando a reestruturação de uma nova autoridade e disciplina militar revolucionária. Sabem que cada passo em frente é uma machadada nos privilégios da burguesia que defendem, sabem também que o proletariado urbano e rural, sem o qual não pode haver socialismo já por diversas vezes mostrou não estar disposto a retroceder ao fascismo.

APLICAR AS MEDIDAS
JÁ TOMADAS

Há que impedir a continuação desta instabilidade social, fazer cumprir as medidas já tomadas ou a tomar e que são urgentes, capazes de estabelecer uma sólida aliança entre os camponeses pobres e o proletariado e que traga consigo os pequenos e médios agricultores, mostrando-lhes que reside no socialismo a salvaguarda dos seus interesses, evitar que sejam vítimas de manipulação para actos que de forma alguma os favorece.

Entre as medidas mais importantes já tomadas, destacam-se as seguintes (que abordaremos ainda neste e nos próximos boletins) e de grande importância no Norte e Centro do País assim como nos Açores e Madeira:

- Lei do arrendamento rural;
- Crédito agrícola de emergência;
- Devolução dos baldios à comunidade.

MEDIDAS IMPORTANTES
A TOMAR

Entre as medidas que terão de ser tomadas para resolver algumas das si-

tuções mais aflitivas contam-se as seguintes:

- Intervenção imediata nos circuitos de comercialização através de empresas públicas ou cooperativas de forma a escoar a produção armazenada e estabelecendo um esquema de pagamento rápido;
- Preços garantidos para a produção antecipadamente, de forma a que os agricultores se encontrem seguros nos compromissos que tem de assumir;
- Fornecimento dos produtos industriais necessários à agricultura e

pecuária (adubos, pesticidas, rações, sementes) a preços fixos e justos para o agricultor;

— Concessão de créditos e juros não elevados de acordo com os fins a que se destinam.

A "dinamização cultural" através do papel de incentivo à organização e construção do poder popular nos campos, tem um importante papel a desempenhar, pois serão as populações das aldeias que tomando consciência da necessidade do seu cumprimento, as porão em prática e neutralizarão os boicotes promovidos por aqueles cujos interesses serão inevitavelmente atingidos.

dinamização cultural

que contribuição

Ao iniciar as campanhas de dinamização após o 28 de Setembro, depois de uma luta difícil contra os Spolinistas que tudo fizeram para as impedir nunca se teve como objectivo importante desenvolvido qualquer campanha de "intoxicação ideológica" ou "partidária" que significasse ganhar as populações para determinada ideologia ou partido, mas principalmente levar um incentivo e apoio a todas as colectividades culturais capazes de virem a ser pontos de partida para uma dinamização de cultura popular do nosso país.

Ao mesmo tempo, atendendo à deficiente rede informativa, na rádio, televisão e imprensa, cuja orgânica se mantinha quase intocável até então, levar aos trabalhadores do interior e norte do país uma ideia do que se passava em Portugal.

Podemos dizer que essa tarefa foi cumprida no que respeita ao esclarecimento do que foi o 25 de Abril, do que significava o programa do MFA e o seu conteúdo, da importância de reactivar iniciativas culturais, de levar os militares ao contacto com o povo para melhor conhecerem a realidade que os envolve, para desbloquear todo um sistema opressivo assente no caciquismo ideológico e económico, para esclarecer qual os programas e os objectivos dos partidos presentes na cena política, nomeadamente na explicação do que é o socialismo como sistema emancipador do próprio homem pelas suas próprias mãos no levantamento das necessidades e coerências das regiões e da população sem nunca fazer promessas que não pudessem modestamente ser cumpridas para não levantar desconfiança, toda esta acção com o objectivo principal de reforçar a aliança Povo-MFA.

OBSTACULOS LEVANTADOS

Evidentemente que uma acção deste tipo terá necessariamente que desagradar às classes dominantes e seus representantes no aparelho de Estado político-militar e por isso, ainda antes do 11 de Março as resistências ao desenvolvimento de toda esta acção se começavam a levantar pelo que ela continha em si de despertar energias latentes que uma vez elaboradas e conscientes da evolução e significado do processo revolucionário, e da injustiça cometida pelo Estado fascista punham em causa essa exploração económica e política

existente e os privilégios dos seus agentes.

Após as eleições aparecem novos obstáculos ao prosseguimento do trabalho de "dinamização cultural", até para alguns partidos que se consideram vencedores e maioritários, e que pouco ou nada fizeram até agora pelo esclarecimento cívico ou político das populações a não ser fazer promessas que não serão cumpridas, para as impedirem de se organizar e resolver elas próprias grande parte dos seus problemas.

ACÇÃO FUTURA

Todos o que criticam a acção do MFA junto das massas populares, sem apresentarem perspectivas de a melhorar e apenas no sentido destrutivo sabem que a experiência adquirida no contacto com o povo e sobretudo a dinâmica adquirida da permanência no terreno terreno para incentivar sobretudo a organização do poder popular e a partir daí as populações afastarem os seus receios, será o principal factor de mobilização em termos dos objectivos do processo revolucionário e o caminho mais rápido para o fim da exploração económica de que são vítimas.

A partir de ampla expansão dos conselhos de aldeias mas também da reactivação das associações culturais, das comissões de moradores nas vilas e de trabalhadores nas empresas, da criação de cooperativas de comercialização abastecimento e consumo, as massas libertarão as suas energias criadoras de uma forma não espontaneista.

Esta mobilização que o poder popular impulsionará em torno de todas as medidas fundamentais para os problemas imediatos das populações das aldeias levá-las-á em conjunto com os militares, em brigadas, como actualmente no distrito de Bragança, e no da Guarda durante algumas semanas, ocupando a todo o tempo, todo o terreno, vivendo também nas aldeias e vilas, a conquista de outras importantes tarefas, tais como:

- Alfabetização geral;
- Reforma agrária, consoante as características de cada região do País;
- Transformação do aparelho de Estado,

capazes de operar, numa fase de transição ao socialismo, uma transformação radical da sociedade portuguesa, através de uma verdadeira revolução cultural



conselhos de aldeia

1. Os órgãos de base do poder popular no campo são os conselhos de aldeia, capazes de alterar as condições de vida dos trabalhadores à volta da solução dos seus problemas concretos e imediatos (exploração de terras, águas, serviços públicos) e de uma forma colectiva, rompendo com as estruturas existentes e inoperantes representativas dos interesses das classes dominantes.

O fomento e a iniciativa da criação destes órgãos é pois uma tarefa decisiva pois só eles poderão fazer cumprir as leis que interessam às comunidades e só eles poderão fazer chegar o socialismo aos campos, através da realização da reforma agrária, de um programa de alfabetização e dinamização da cultura popular e da mobilização das populações.

2. Os conselhos de aldeia não devem ser criados por "decreto", pois terão de ser as populações das aldeias e dos lugares, a chegar à conclusão pela sua prática diária e na resolução dos seus problemas concretos de que eles são essenciais. A "dinamização cultural" e às organizações políticas progressistas inseridas nas populações, apenas lhes compete criar as condições necessárias para essa tomada de consciência, aproveitando como exemplo diversas formas de associativismo e cooperação existentes em todos os lugares e que são os embriões para despertar formas colectivas de trabalho.

Há que, ter o máximo cuidado em respeitar essas formas embrionárias de trabalho comum pois é inesgotável a capacidade criadora das populações.

3. Os conselhos de aldeia são órgãos autónomos em relação às juntas de freguesia e às câmaras municipais, nunca se podendo em qualquer caso vir a confundir com eles, pois as suas funções são completamente distintas. São os conselhos de aldeia que pela

sua própria dinâmica terão que transformar as juntas e as câmaras consoante as necessidades mais prementes do povo. Por isso não devem fazer parte dos conselhos de aldeia indivíduos que pertençam a juntas ou câmaras a fim de se evitar que controlem aqueles órgãos autónomos de base.

4. Os conselhos de aldeia são sempre eleitos em Assembleias de aldeia e só perante elas são responsáveis pelos seus actos. Para isso é fundamental uma informação completa das suas actividades através de comunicados, jornais de parede ou murais. Os conselhos de aldeia ou os elementos que não cumpram as funções para que foram eleitos, podem e devem ser demitidos e substituídos pela Assembleia de Aldeia.

5. Uma das principais funções dos conselhos de aldeia, será a aplicação prática de todas as medidas de reforma agrária já decretadas, assim como pronunciar-se sobre todos os aspectos da política agrária que lhes digam respeito nomeadamente os tipos de exploração de terra mais ajustados às necessidades da economia nacional, ao tipo de unidades de produção e sua dimensão mais conveniente, assegurar o funcionamento de regras democráticas nas cooperativas e evitar a sua manipulação, assegurar o controle colectivo sobre a produção.

6. A medida que se constituem novos conselhos de aldeia e que se consolidam os existentes, deve começar a estabelecer-se uma ligação entre todos eles, nomeadamente os mais próximos, procedendo a um intercâmbio de experiências e da melhor maneira de chegar à solução dos problemas, para em conjunto procederem a uma coordenação daqueles de interesse mais global.

Essa ligação entre elas deve numa fase seguinte caminhar para a realização de Assembleias Populares municipais, onde serão eleitos representantes de todos os conselhos de aldeia para mais facilmente se articularem com outras da mesma região.

CONSELHOS DE ALDEIA NAS ÁREAS DA "DINAMIZAÇÃO CULTURAL" NO NORTE DO PAÍS UMA EXPERIÊNCIA E UM EXEMPLO

— Como se disse no número anterior deste Boletim uma das tarefas da "Dinamização Cultural" no Norte do País é a partir dos embriões de trabalho colectivo das populações incentivar e criar as condições para a organização ao nível de toda a aldeia ou lugar, levando à prática portanto, o que mais tarde viria a ser consagrado no "documento-guia" de explicitação da aliança MFA-Povo, aprovado na Assembleia do MFA.

— Assim tem acontecido com a campanha de dinamização do "Maio-Nordeste", e com a campanha levada a cabo pela Academia Militar no distrito da Guarda, sendo fundamental uma permanência total dos militares no terreno, vivendo com as populações sem entrarem em choque frontal com as suas maneiras de pensar e agir.

— Como exemplo do funcionamento e composição de um conselho de aldeia se exemplifica aquele que tem sido levado à prática pelas populações do distrito de Bragança e da Guarda.

I DEFINIÇÃO

A comissão de aldeia é um órgão revolucionário a nível local, eleito em eleição directa por todos os maiores de 18 anos da aldeia e empossada pelo MFA.

É também o corpo político da aldeia, com o poder de representar o povo junto à freguesia e demais Órgãos Administrativos.

II FUNCÕES

1— Divulgar, defender e basear-se no programa e outros documentos aprovados pelo MFA.

2— Representar o povo junto à freguesia, às câmaras, autarquias e demais órgãos administrativos.

3— Decidir a nível local sobre a exploração das terras, águas serviços públicos (saúde, saneamento, educação, caminhos e transportes, electricidade, comercialização de produtos, criação de cooperativas, ajuda aos pobres, aproveitamento de bens móveis e imóveis).

4— Fiscalizar a realização de obras e a aplicação dos dinheiros públicos.

5— Fiscalizar os preços cobrados por médicos, veterinários, transportes, comércio e senhorios.

III ELEIÇÃO E COMPOSIÇÃO

1— As comissões de aldeia são eleitas e empossadas na presença do MFA, durante as Campanhas de Dinamização actualmente em curso.

2— Os critérios de proporcionalidade são:

- a) De 150 a 500 habitantes — 3 representantes.
- b) A partir de 500 habitantes — 5 representantes.

3— Os Membros são exonerados a qualquer momento, por maioria simples desde que deixem de cumprir o Programa do MFA e as funções administrativas acima indicadas.

4— O exercício começa a partir do momento da sua posse pelos elementos do MFA.

Parágrafo único: Os indivíduos (homens ou mulheres) que forem eleitos para comissões de aldeia, não podem concorrer às Juntas de Freguesia.

ra no norte do país a agricultura no

É evidente que se falarmos de emancipação da mulher isso significa implicitamente que ela é oprimida, explorada. Importa compreendermos as bases dessa opressão, dessa exploração. Começemos por dizer que a opressão da mulher é uma consequência da sua exploração, a opressão na sociedade é sempre resultado da exploração imposta.

(...)
Para nos explorar, para suprimir a nossa resistência à exploração e impedir uma revolta contra ela, introduziu então o sistema de opressão. A opressão física, com os tribunais, a polícia, as forças armadas, as prisões, as torturas, os massacres. A opressão moral, com o obscurantismo, a superstição, a ignorância, destinados a destruir o espírito de iniciativa criadora, liquidar o sentido de justiça e crítica, reduzir a pessoa à passividade, à aceitação do estado de explorado e oprimido como coisa normal. Dentro do processo surge então a humilhação e o desprezo, porque aquele que explora e oprime tem tendência a humilhar e desprezar a vítima, considerá-la como naturalmente inferior. Aparece o racismo, forma suprema de humilhação e do desprezo.

O mecanismo da alienação da mulher é idêntico ao mecanismo da alienação do homem colonizado na sociedade colonial, ou do trabalhador na sociedade capitalista. A partir do momento em que a humanidade primitiva começou a produzir mais do que consumia, foram criadas as bases materiais para que no seio da sociedade surgisse uma camada que se iria apropriar dos frutos do trabalho da maioria. É esta apropriação do resultado das massas por um punhado de elementos na sociedade que constitui a essência de exploração do homem pelo homem e o coração da contradição antagónica



que há séculos divide a sociedade. Logo que se desencadeou o processo da exploração, a mulher na sua generalidade, como o homem, foi submetida à dominação das camadas privilegiadas. A mulher é também um produtor, um trabalhador, mas com qualidades particulares. Possuir mulheres é possuir trabalhadores gratuitos, trabalhadores cuja totalidade do esforço de trabalho pode ser apropriada

sem resistência pelo esposo, que é amo e senhor. (...) O explorador, graças à sua dominação sobre as massas, adquiria vastas riquezas, enormes propriedades, manadas de gado, ouro, jóias, etc... Apesar das riquezas, como todo o homem, continuava mortal. Punha-se então o problema do destino dessas riquezas; por outras palavras, a questão da herança torna-se fundamental.

A mulher é a produtora dos herdeiros. Compreendemos assim que o ponto de partida da exploração da mulher e sua consequente opressão se encontra no sistema de propriedade privada dos meios de produção, no sistema de exploração do homem pelo homem. (...) A sociedade da propriedade privada dos meios de produção, sociedade de exploração do homem, cria e impõe a ideologia e cultura que defenderão os seus valores, assegurarão a sua sobrevivência. A exploração económica da mulher, a sua transformação em produtor sem direitos, ao serviço do proprietário — esposo ou do proprietário — pai, exigem a elaboração da ideologia e cultura adequadas, a organização dum sistema de educação que as transmitam. É evidente que não se trata dum acto único e total, mas dum processo que se elabora e refina durante os milénios em que a sociedade existe. O obscurantismo é o ponto de partida do processo. Manter a mulher na ignorância, ou só educá-la o mínimo necessário, é o princípio geral. Em toda a parte vemos que o analfabetismo é sempre superior nas mulheres que, embora constituam a maioria da população, aparecem sempre como minoria nas escolas, nos liceus, nas universidades. As civilizações mais desenvolvidas do passado, como hoje ainda na sociedade capitalista, sempre mantiveram a ciência como monopólio do homem, seu domínio exclusivo. Manter a mulher separada da ciência é impedi-la de descobrir que a sociedade é criada em função de certos interesses precisos e que por consequência é possível modificar a sociedade.

a libertação da mulher



→

O obscurantismo, a ignorância, são irmãos gêmeos da superstição e os pais da passividade. Todas as superstições, as religiões, sempre encontraram o terreno mais fértil no seio da mulher, porque esta se encontrava mergulhada na maior ignorância e obscurantismo.

(...)

A própria educação familiar acentua e reforça estes diversos aspectos. Desde criança a rapariga é educada numa maneira diferente do rapaz, é-lhe inculcado um sentimento de inferioridade. Nada disso é surpreendente: como dissemos, a sociedade exploradora fomenta a ideologia, a cultura, a educação que serve os seus interesses. Ela faz isso com a mulher, como o faz com o colonizado ou o trabalhador nos países capitalistas. Todos eles são mantidos deliberadamente na ignorância, obscurantismo e superstição, com vista a convencê-los a resignarem-se à sua situação, a inculcar-lhes o espírito de passividade e servilismo.

(...)

O processo de alienação mental atinge o ponto culminante quando o elemento explorado, reduzido à passividade total, já não consegue imaginar que possa existir uma possibilidade de libertação, e ele próprio se torna em agente difusor da teoria da resignação e passividade. Devemos reconhecer que a dominação multi-secular da mulher a reduziu em grande parte a este estado de passividade, que a impede mesmo de compreender a sua situação.

(...)



Importa compreender correctamente a natureza da contradição ou das contradições que se encontram em jogo, pois só depois de as compreendermos estaremos em condições de definir os alvos do nosso ataque, conceber a estratégia e a tática adequadas ao nosso combate. Vimos que o fundamento da dominação da mulher se encontrava no sistema de organização da vida económica da sociedade: a propriedade privada dos meios de produção, que necessariamente conduz à exploração do homem pelo homem. Quer isto dizer que, na sua essência, a contradição entre a mulher e a ordem social, para além das condições específicas da sua situação, é a contradição entre ela e a exploração do homem pelo homem, entre ela e a propriedade privada dos meios de produção. Por outras palavras, essa contradição é a mesma que existe entre as massas populares trabalhadoras e a ordem social exploradora. Sejam claros neste ponto: a contradição antagónica não é entre a mulher e o homem, mas sim entre a mulher e a ordem social. É esta situação de explorada que explica a sua ausência de todas as tarefas de concepção e decisão no seio da sociedade, que a exclui da elaboração das concepções que organizam a vida económica, social,



cultural e política, mesmo quando os seus interesses estão directamente afectados. É este o aspecto principal da contradição: a sua exclusão da esfera de decisão da sociedade. Esta contradição só pode ser resolvida pela Revolução porque só a Revolução destrói os alicerces da sociedade exploradora e reconstrói a sociedade em bases novas, que libertam a iniciativa da mulher, a integram como ser responsável na sociedade e a associam à elaboração das decisões. Por consequência, da mesma maneira que não pode haver Revolução sem libertação da mulher, a luta pela emancipação da mulher não pode triunfar sem a vitória da Revolução. Devemos ainda dizer que os fundamentos ideológicos e culturais da sociedade exploradora, que mantém dominada a mulher, são destruídos pelo progresso da Revolução ideológica e cultural que impõe à sociedade novos valores, novos métodos, novo conteúdo da educação e cultura. Mas além desta contradição antagónica entre a mulher e a ordem social, surgem ainda, como reflexo, outras contradições que, com carácter secundário, opõem a mulher ao homem. O sistema de casamento, a autoridade marital fundada exclusivamente no sexo, a frequente brutalidade do marido, a sua recusa sistemática em tratar a mulher como seu igual, constituem fontes de atritos e contradições. Por vezes mesmo, em certos casos limites, estas contradições secundárias, porque não são resolvidas correctamente, agudizam-se e resultam em consequências graves, como o divórcio. Mas não são estes factos,

por graves que possam ser, que alteram a natureza da contradição. Importa sublinhar este aspecto porque na nossa época presenciamos, sobretudo no mundo capitalista, uma ofensiva ideológica que, sob a camuflagem de luta de libertação da mulher, pretende transformar em antagónica a contradição com o homem, dividindo assim homens e mulheres explorados, para impedir que combatam a sociedade exploradora. Na realidade, para além da demagogia que encobre a sua natureza real, esta ofensiva ideológica é uma ofensiva da sociedade capitalista para confundir as mulheres, desviar a sua atenção do alvo verdadeiro. No nosso seio aparecem pequenas manifestações desta ofensiva ideológica. Ouvimos aqui e acolá mulheres murmurarem contra os homens, como se fosse a diferença dos sexos a causa da sua exploração, como se os homens fossem uns monstros sádicos que tiram o seu prazer da opressão da mulher. Homens e mulheres são produtos e vítimas da sociedade exploradora que os criou e educou. É contra ela essencialmente que mulheres e homens unidos devem combater. A nossa experiência prática tem provado que os processos obtidos na libertação da mulher resultam dos sucessos obtidos no nosso combate contra o colonialismo e imperialismo, contra a exploração do homem pelo homem, pela construção da nova sociedade.

(Extractos do relatório de Samora Machel à 1.ª Conferência da Mulher Moçambicana).

a situação política nos Açores



Apesar da ascalada reaccionária que tem lugar no nosso país se estender a quase todas as zonas, nenhuma como os Açores atraiu tanto as atenções nos últimos tempos. As manobras reaccionárias naquela parte do território nacional tiveram pelo menos o mérito de fazerem os Açores passar de zona ignorada e praticamente desconhecida da grande maioria do povo português para o primeiro plano das preocupações da imprensa, dos órgãos do poder, do próprio MFA, etc. Como é evidente, esta passagem não poderia ser feita sem erros dos quais os mais graves parecem-nos serem os seguintes: afirmações tendentes a levar a crer que nada de grave se passa, que a situação é calma havendo apenas por parte de alguns sectores interesse em empolá-la artificialmente visando assim ocultar as suas próprias fraquezas; enfim, que tudo se resume num alarmismo estéril; em segundo lugar, empolamento artificial da situação a um ponto em que ela seria já crítica descrevendo-a de tal forma que tudo levaria a crer estarem os Açores já nas mãos dos separatistas, não conseguindo, além disso, integrar as manobras reaccionárias no contexto em que elas se inserem, apresentando-as como autênticas criações diabólicas.

Estes dois erros podem conduzir a atitudes face à questão dos Açores que nos parecem profundamente incorrectas. A consequência do primeiro seria a desmobilização da opinião pública de uma questão tão importante para o processo revolucionário e a de lançar no descrédito aqueles que a trouxeram à ordem do dia, deixando assim que a situação fosse evoluindo sem a interferência indispensável do poder político central.

A outra pode consistir em pensar-se que apenas a via repressiva só por si, pode neste momento evitar o pior, ou, o que é mais grave, a instalar-se nos espíritos a ideia de que já pouco há a fazer e de que o separatismo será em pouco tempo um facto consumado.

Qual, então, a verdadeira importância dos Açores no nosso processo revolucionário? E sobre que pano de fundo se inscrevem as recentes mo-

vimentações em que se empenharam as forças reaccionárias locais?

Antes de mais a importância dos Açores vem-lhe da sua situação geográfica que é um dado fundamental na estratégia dos blocos hoje dominantes internacionalmente. Em particular a presença de uma base militar americana, e os milhares de açoreanos emigrados nos EUA não podem ser ignorados e abrem sem dúvida possibilidades de intervenção por via indirecta no desenrolar dos acontecimentos.

Perder os Açores para o processo revolucionário seria pôr em causa o próprio processo, pois a contra-revolução e o imperialismo saberiam certamente utilizar o arquipélago para se lançarem ao assalto definitivo do poder.

Além disso é necessário ter bem presente que no arquipélago vivem milhares de trabalhadores portugueses (operários, assalariados rurais e, sobretudo, camponeses pobres) que merecem e precisam neste momento do inteiro apoio e solidariedade activa de todos os revolucionários. Não os apoiar, repetimo-lo, seria perder uma batalha fundamental que poderá conduzir ao fim da revolução portuguesa.

Após o 25 de Abril de 1974 os sectores mais privilegiados da população açoreana (latifundiários, fundamentalmente) procuram, através de um projecto autonomista ou separatista, levantar o sector mais importante da população activa, os camponeses pobres, contra o MFA e contra o processo de transformações sociais então iniciado.

Se, à partida, este projecto não encontra eco nas camadas populares, o facto é que, através de um aproveitamento hábil das fraquezas do processo revolucionário, das justas aspirações dos trabalhadores açoreanos e da ausência de medidas concretas que apontassem para a sua solução, a burguesia separatista foi progressivamente arrastando para o seu campo sectores cada vez mais vastos do campesinato. Simultaneamente a reivindicação separatista consegue unificar os sectores da média burguesia privilegiada incapazes de por si só encontrarem uma saída que garantisse a manutenção do seu estatuto social.

Mas, aceitando que o separatismo corresponde aos interesses das classes dominantes nos Açores como um todo, ainda assim não basta ficarmos por aqui e é imprescindível detectarmos em exactidão o signi-

ficado desse objectivo. Nesse sentido podemos detectar duas grandes linhas de força na estratégia da burguesia açoreana. Em primeiro lugar o projecto separatista é utilizado como arma de pressão face ao poder central no sentido de não permitir transformações significativas no aparelho de Estado nos Açores, mantendo as estruturas fascistas e o seu controle pelos caciques locais. Assim, a luta pela "independência" oculta de facto este objectivo que, no fundo, não difere dos que a reacção pretende alcançar noutras zonas do país.

Em segundo lugar, a "independência" pode ser um objectivo real e para cuja concretização tentam os reaccionários reunir condições, conservando-a como hipótese de reserva do imperialismo americano aliado à burguesia açoreana a ser levado à prática caso o processo revolucionário avance decisivamente no sentido do socialismo, da verdadeira independência nacional.

Instrumentalizando as reais necessidades e aspirações de largos sectores da população trabalhadora cujas condições de vida, nomeadamente do campesinato pobre não têm cessado de agravar-se, os reaccionários conseguiram criar um clima de agitação envolvendo movimentações populares. Mas, atenção! A mobilização das massas fez-se sempre na base da luta pela solução dos seus problemas concretos à qual, e aqui estará o cerne da questão, a burguesia consegue de forma hábil associar a ideia de "independência", conseguindo assim uma cobertura popular, ainda que não muito profunda, para o seu projecto.

Para além da utilização dos argumentos já tradicionais (anticonunismo, religião, etc.) e com o apoio da maioria dos órgãos de informação local os reaccionários têm sistematicamente conseguido mascarar a verdadeira contradição que é causa dos problemas dos trabalhadores, ou seja, a que exige entre classes exploradas e exploradoras, à custa da invenção de uma artificial contradição entre "continentais" e "Açoreanos", em que os primeiros são apresentados como colonizadores.

Portanto, a solução da questão Açoreana exige reconhecimento explícito de que os Açores não são de forma alguma uma realidade com características nacionais e, fundamentalmente, exige a resolução revolucionária dos mais prementes problemas que afligem os trabalhadores Açoreanos.

EDITORIAL

(Cont. da pág. 1)

Temos de fazer um enorme esforço para apoiar os pequenos industriais.

Temos de fazer um enorme esforço para resolver os problemas dos pequenos comerciantes.

Temos de fazer um enorme esforço para desenvolver as pescas, as redes de frio.

Temos de fazer um enorme esforço para pôr os organismos de Estado eficientemente ao serviço da população. O direito à saúde do povo português é respeitado? O direito à educação é respeitado? E o direito à habitação? E os vários serviços encontraram já a passada necessária para poder responder aos justos anseios da população? E os sectores nacionalizados estão já ao serviço dos trabalhadores?

É tempo de serenidade e firmeza revolucionárias.

Temos de fazer um esforço bem determinado para compreender a complexa realidade portuguesa, e não nos deixarmos amedrontar pela responsabilidade das tarefas enormes que surgem à nossa frente.

Um documento assinado por nove elementos do CR foi apresentado ao País.

Um documento do Primeiro-Ministro, proveniente de uma intervenção numa das últimas Assembleias do MFA, foi apresentado ao País. Que sejam analisados serenamente e com lucidez.

Que se compreenda o que está em jogo neste momento em Portugal. Que se medite se existirão, para quem deseja, realmente, o socialismo em Portugal, posições inconciliáveis, radicalismos perigosos, moderações esterilizadoras.

Os homens honestos deste País são o corpo da Revolução. É com eles que nós estamos. Para eles o nosso esforço, a nossa determinação.

poder popular

(Cont. da pág. 4)

fixos, de modo a que possa ser contactado por quem disso necessite;

3.º Os nomes dos membros do Secretariado Executivo Provisório devem ser conhecidos publicamente, e ficarem escritos em acta, à excepção dos elementos do RALIS;

4.º O funcionamento do SEP será democrático e colectivo o que implica que não se permitirão tomadas de posição nem decisões pessoais que não sejam discutidas e aprovadas no mesmo;

5.º As decisões do SEP serão tomadas por maioria simples.

II — Tarefas Prioritárias

1.º Enviar para publicação imediata em todos os órgãos de informação (rádio TV e jornais) as propostas aprovadas nesta reunião.

2.º Dinamizar em cada empresa e em cada Bairro, através de plenários de trabalhadores e assembleias de moradores, a discussão e a mobilização das camadas trabalhadoras para a Assembleia Popular.

3.º Proceder urgentemente ao levantamento dos principais problemas da zona, e à recolha de dados que possam permitir uma resolução, dando especial prioridade a:

a) Actividade Económica

— Empresas em crise e com dificuldades;

— Casos de sabotagem económica;

— Dinamização do controle operário.

b) Habitação

— Levantamento das casas devolutas;

— Actual sistema de rendas;

— Existência de zonas de habitação de barracas.

c) Equipamentos Sociais

— Esgotos;

— Transportes.

4.º Proceder urgentemente a um inquérito a todas as C. M. e C. T. com vista a:

a) Detectar os problemas existentes nas respectivas empresas ou bairros;

b) Avaliar do seu funcionamento e de tarefas de mobilização e organização dos trabalhadores que levaram a efeito.

5.º Convocar a próxima A. P., obedecendo escrupulosamente à constituição com que esta foi definida.

6.º Preparar uma Ordem de Trabalhos para a A. P. que deverá constar na convocatória a distribuir.

7.º Elaborar para a A. P. uma proposta de regimento desta.

8.º Elaborar e apresentar na A. P. um relatório da sua actividade, nomeadamente no que diz respeito aos pontos 2 e 3 das tarefas prioritárias.

9.º Proceder a diligências imediatas com vista à obtenção de uma sede para a A. P. e respectivos órgãos.

Esta proposta foi aprovada.

Assim se constrói o Poder Popular, passo a passo, mas seguramente. Em Marvila começa a ser uma realidade. Nos Olivais o processo iniciou-se mas atravessa algumas dificuldades.

O RALIS, em todo este processo, não tem assumido o papel de condutor, nem actuado paternalisticamente. Confia nas massas populares e acompanha-as nos seus avanços. O socialismo é um objectivo do MFA, mas serão os próprios trabalhadores os obreiros da sua libertação.

disciplina e coesão do exército

(Cont. da pág. 12)

"CRISE DE AUTORIDADE E DISCIPLINA"

Contribuição para debate e conclusões

1. INTRODUÇÃO

As origens da crise de autoridade e disciplina remontam naturalmente ao período antes do 25 de Abril, onde durante 48 anos o Exército, as FA, servindo um regime fascista, estava eivado de concepções superestruturais erradas, das quais ainda não se libertou totalmente.

O movimento do 25 de Abril ao restituir as liberdades ao Povo Português, ao libertar as próprias Forças Armadas, porque não era portador da autoridade e disciplina temperadas em lutas de libertação, teve como consequência o deflagrar de uma crise iniciada com a quebra das hierarquias, naturalmente contestadas e ainda não definidas.

É indispensável analisar as causas e factores de agudização desta crise, pesar os seus efeitos e repensar (acelerar) a promoção prática das medidas que se impõe tomar.

Ao fazer-se isso, não pode deixar de se enquadrar este problema em certo contexto internacional — crescendo de mentalidades antimilitares, vidé

exemplos de exércitos burgueses que sempre têm influência no nosso.

Assim, a superação da crise profunda que se vive, terá de passar pela consideração das suas causas e só é possível de resolução através de medidas concretas que modifiquem estruturalmente a organização militar. O presente trabalho orientar-se-á neste sentido, procurando contribuir de algum modo para uma correcta compreensão deste problema que, a não ser inteligentemente encarado, porá em perigo a Revolução Portuguesa.

2. CAUSAS DA CRISE

Apontam-se como causas básicas da crise de autoridade e disciplina as seguintes:

2.1—A revolução iniciada a 25 de Abril de 1974, com a restituição das liberdades, pôs a descoberto as **contradições existentes no seio das FA**. A restituição de liberdades permitiu também uma "descompressão" a nível nacional que teve os seus reflexos nas fileiras.

Dentre essas contradições, as mais flagrantes advêm do facto de um Exército, que se diz e é libertador, não possuir características que o definam como tal. Assim, a hierarquia não é a da competência, a disciplina não é consentida, as formas de comando não são ou não eram as mais correctas.

Por outro lado, as condições de serviço militar eram extremamente duras para a grande maioria dos soldados — tempo de serviço, alojamento, alimentação, fardamento, remuneração, trato, etc., o que criou um clima favorável à penetração das palavras de ordem, aliás correctas, que as formações políticas promoveram antes do 25 de Abril. Essas palavras de ordem, hoje confirmadas por partidos de extrema esquerda levam à confusão do antimilitarismo — correcto como anti-instituição militar — incorrecto

2.2—A **falha de definição ideológica**, só agora ultrapassada, impedindo a perspectivação de linhas de rumo e objectivos, permitiu indecisões, confusões e alheamentos, dando origem a "minirevoluções" e mais grave ainda criando condições para a contra-revolução.

Tem sido também, esta ausência de ideologia, um motivo de pessoalismos de interpretação do processo, conducentes a análises e declarações públicas altamente subjectivas, desencontradas, que em nada contribuem para uma imagem de firmeza, segurança e capacidade que o MFA tem de possuir e evidenciar.

Esta causa ainda está na base da falta de unidade do MFA, unidade que tem de ser encontrada no campo das ideias para ser possível no campo da acção. Unidade ainda, não vazia de conteúdo mas sim preenchida por uma vontade colectiva de caminhar para o socialismo, ou seja unidade revolucionária

2.3—A **informação e mentalização** que, na maior parte das Unidades e até há pouco tempo chegava aos soldados provinha de elementos anarquistas que habilmente exploravam e exploram as nossas contradições, utilizando argumentos receptivos aos soldados.

Os quadros, em grande parte incapazes de entenderem o processo e ou de o explicarem esclarecidamente, assistiam impotentes perante estas situações. Muitos esperavam com ansiedade a sua vez de retirarem, o que podia efectuar-se por força das bases ou das cúpulas.

2.4—Os **comandos das unidades** e não só, estiveram durante demasiado tempo entregues a oficiais que não conseguiam acompanhar o processo — hábito no exercício de mandar e incapacidade de comandar ou então reacção pura.

Este aspecto agudizou-se quando, oficiais do MFA em 25 de Abril de 1974 apareceram na contra-revolução em 11 de Março de 1975. Esta é uma das contradições mais graves no seio do próprio MFA, contradição que o MFA não superou em tempo e originou uma escalada de desobediência, pelo não cumprimento de ordens sem prévia explicação, tal a falta de confiança nos chefes e no próprio MFA. Atitude, aliás, perfeitamente natural, altamente positiva no 11 de Março, mas que abriu um precedente difícil de sanar e incompatível com a natureza da função militar.

2.5—Os **saneamentos** constituíram e constituem outra causa de crise. Justificados no início do processo, onde não atingiram até a devida profundidade, são hoje, porém, altamente inconvenientes pela forma como se fazem. Neste momento do processo revolucionário conta mais a prática de um indivíduo, consequência, afinal, da sua capacidade de recuperação e compreensão, do que propriamente o seu passado. Há excepções, como é evidente, mas a regra não pode ser ignorada.

2.6—O ritmo evolutivo do processo revolucionário português, não tendo sido igualmente acompanhado por medidas de reformulação e reestruturação, permitiu iniciativas individuais de "democratização" em nada compatíveis com a natureza de uma organização militar.

É assim que surgem experiências isoladas e de difícil controle que, no entanto, devem ser interpretadas à luz da indefinição de linhas de rumo em que se tem vivido. No fundo, não se podem atribuir responsabilidades pela confusão que se gerou. É a natureza do próprio processo que determina estas situações. É a nossa im-preparação que as facilita. É a nossa vontade de aprender e evoluir que as consente.

2.7—Finalmente, a crise de autoridade e disciplina contribuiu, com maior ou menor intensidade para o desencadear de outras crises que ao desenvolverem-se acabaram por influenciar também a própria crise de autoridade, fechando o ciclo.

3. CONCLUSÕES

3.1—Das causas apontadas algumas há que estão em vias de solução, outras necessitam a tomada de medidas que as eliminem.

Referiu-se a princípio, o crescendo de mentalidades antimilitares. Sublinha-se que este fenómeno se verifica nos países não socialistas onde o problema da disciplina se agudiza por ser repressiva, única forma, aliás, de a manter já que as pessoas não estão identificadas em princípios ideológicos juntos e comuns à maioria. Nos países socialistas os Exércitos são fortemente disciplinados e, marcadamente hierarquizados. A disciplina é consentida uma vez que existe uma vontade colectiva, definida na unidade ideológica, de construir o socialismo. A hierarquia é a da competência por isso as ordens do chefe são indiscutíveis, mas o chefe é mesmo o melhor, política e tecnicamente.

No momento actual do processo revolucionário o factor político é o mais importante para o desempenho das funções de comando.

3.2—No Capítulo 2 "Causas da Crise" aponta-se o descobrir de contradições que o 25 de Abril permitiu.

Duma forma geral, as contradições referidas estão a ser objecto de estudo, tendo já saído algumas medidas, estando outras em preparação. Nem sempre as soluções encontradas são as mais correctas. Este inconveniente deve ser minimizado fazendo acompanhar os estudos de testes à sua exequibilidade.

3.3—A falta de definição ideológica foi largamente invocada, como causa primeira da crise de autoridade e indisciplina e por outro lado como obstáculo pesado à acção governamental, à batalha da economia, à revolução cultural, etc.

Neste momento, o **Plano de Acção Política complementado pelo Projecto de Aliança Povo-MFA contém em si a definição ideológica necessária**. Resta encontrar uma fórmula governamental unitária e revolucionária e **materializar a Direcção Política** que chame a si a missão de fazer cumprir e interpretar os princípios definidos. Neste aspecto o MFA tem um papel decisivo, pelo menos numa primeira fase.

A ser correcto este raciocínio, haveria que, com base nas ideias assentes e perante as causas da crise, elaborar um **código do militante do MFA** onde, sem ambiguidades, duma forma directa se estabeleceriam normas de comportamento e orientação cuja violação seria duramente punida.

3.4—No campo da informação e mentalização das Forças Armadas torna-se necessário **completar e aperfeiçoar as formas organizativas já em lançamento**, ADU's (GDU's), ADR's (GDR's), ADE (GDE). Há também que **acelerar a formação de quadros políticos** já iniciada no Centro de Sociologia Militar.

3.5—Relativamente aos quadros, oficiais e sargentos do QP, a sua correcta inserção no processo passa por uma formação política capaz. É

necessário que em todas as **Escolas Militares se introduzam de imediato disciplinas sobre temas políticos e económicos** as quais deverão ter peso idêntico às restantes.

Idêntica atitude se deverá tomar em relação aos militares nas Escolas de Recrutamento.

3.6—Os métodos que se continuam a utilizar relativamente aos "saneamentos" talvez não sejam os mais correctos. Justificados logo após o 25 de Abril e 11 de Março começaram agora a considerar-se inconvenientes. Algumas Comissões Técnicas das Armas já emitiram o seu parecer propondo inclusive novo processamento. Deve ser de apoiar e pôr em execução com rapidez um **sistema de apreciação de militares ao nível das Regiões Militares** onde melhor se poderá avaliar a prática desenvolvida ao serviço do processo revolucionário, a qual, salvo raras excepções, deverá ter peso decisivo na apreciação em prejuízo do comportamento no passado. Deveria complementar-se este procedimento com um **sistema de reeducação** (formação cultural e política) no qual deveriam participar militares já "saneados", com vista à sua recuperação.

3.7—As medidas de democratização do Exército, em grande parte experiências isoladas que ainda não foi possível enquadrar e estudar, serão em breve objecto de apreciação a fim de ser possível a **normalização de procedimentos** por todas as Unidades e a eliminação de práticas democráticas incompatíveis com a natureza de uma instituição militar e só compreensíveis no ambiente de confusão que se vive. A confusão vai ao ponto de se misturarem as classes sociais com as classes militares e com base nesta falsa premissa estender aos quartéis a luta de classes.

Efectivamente, nos quartéis, há reflexos da luta de classes mas de forma alguma se pode entender sobre este aspecto o esforço de reestruturação do Exército e sua inserção correcta no processo revolucionário rumo ao socialismo.

A disciplina e a autoridade parâmetros do suporte de força de revolução são incompatíveis com a luta nos quartéis. Esta só desaparecerá com o **enquadramento político e ideológico dos militares**, com a **hierarquia da competência** e com **medidas de reestruturação adequadas e em tempo**.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de autoridade e indisciplina manifesta-se dentro e fora dos quartéis sob formas sobejamente conhecidas. Nem sempre o ataque directo a estas atitudes resolve o problema. É uma falsa e perigosa solução. É necessário, como a princípio se referiu, estudar as origens da crise e com base nelas concluir as soluções mais correctas. Isso passa por uma discussão profunda ao nível das Unidades Militares. Num diálogo bem orientado os próprios soldados colaborarão no encontrar de soluções. É certo que não aceitarão, com facilidade o seu cumprimento mas então, já o chefe tem autoridade para a punição. Punição que só será devidamente aceite se abranger igualmente os mais altos níveis.

Finalmente sublinha-se que o processo apontado é moroso e a situação não se compadece com esperas. De qualquer maneira e exactamente por ser moroso se deve começar desde já mas também por isso mesmo se devem tomar medidas imediatas.

Estas, em boa verdade, terão de ser encontradas por quem, pela prática, melhor conhece a situação e os seus problemas.

Será pela discussão nas Unidades através das ADU's e ADR's que se concertarão as bases de trabalho a serem presentes e aprovados numa próxima ADE.

a situação política actual

(Cont. da pág. 1)

simples destruição do governo burguês ou a simples nacionalização dos meios de produção. A luta de classes existirá enquanto persistirem as formas de reprodução das relações de produção de tipo capitalista. A luta de classes assume na sociedade portuguesa uma fase aguda, que se caracteriza pelo choque violento e contraditório de forças que colocam o seu acento principal ou na reivindicação salarial, ou na necessidade de controle operário para impedir a estatização das nacionalizações ou pura e simplesmente no recuo do processo revolucionário, anulando-lhe qualquer ritmo e tentando por todas as formas retirar-lhe a base de apoio. É pois fundamental que as **forças verdadeiramente interessadas no socialismo** coordenem a sua acção e impedir uma recuperação total do processo pelas forças contrárias a ele.

O problema fulcral do poder dos trabalhadores é o seu grau ainda embrionário de organização o que origina a dispersão da sua vanguarda política isto é, a existência de diferentes organizações políticas que se reivindicam da representação total ou parcial da classe operária e camadas de trabalhadores o que coloca a necessidade prévia da sua unificação. O reconhecimento dos diferentes órgãos de poder popular constituídos pelos próprios trabalhadores resulta da necessidade da unificação dessa vanguarda de classe, e a sua mobilização em torno de um programa de

medidas de transição ao socialismo capaz de levar a transformações radicais na sociedade portuguesa.

Para aí se deve encaminhar rapidamente a actuação do MFA, a uma forma unitária, suprapartidária tomando em conta todavia a existência e a importância dos partidos nesta fase. A volta de um programa desse tipo em medidas muito concretas, será possível num curto período de tempo mobilizar todas as forças sociais interessadas no socialismo, constituindo um verdadeiro bloco social unido numa frente de apoio a esse programa e portanto à revolução. Este bloco terá de agrupar o proletariado urbano e rural, os camponeses pobres, os assalariados dos serviços mais mal pagos e captar para o seu lado outras camadas da pequena burguesia, pequenos comerciantes e industriais, evitando que hostilizem o processo os assalariados dos serviços mais privilegiados, os técnicos, e outros extractos burgueses intermédios.

O MFA é pois nesta fase, decorrente da situação concreta analisada e da sua própria definição como Movimento de Libertação, o responsável pela condução de todo este processo. Será assim possível uma ampla mobilização popular das forças realmente interessadas no socialismo, para a resolução dos nossos problemas económicos em que aquelas forças sentem que os seus sacrifícios sendo igualmente suportados sem quaisquer privilégios para algumas camadas da burguesia, não correm o risco de ser recuperados pelo poder do capital.

disciplina e coesão do exército

Para o desenvolvimento do processo de transformação da sociedade portuguesa é imprescindível uma verdadeira unidade das Forças Armadas, particularmente do Exército, que assente numa evolução política dos seus quadros e na democratização das suas estruturas.

Estes factores são inseparáveis duma disciplina e coesão internas que garantam ao País um sólido braço armado, imperativo para a estabilidade e para a consolidação do processo que doutro modo se encontra ameaçado de desagregação rápida, com todos os perigos que acarreta.

Consciente destes factores, decisivos na situação actual, o Gabinete de

Dinamização do Exército, de acordo com o estabelecido nas Assembleias de Delegados do Exército, tem desenvolvido esforços no sentido de definir os princípios em que assente a reestruturação do Exército e equacionar correctamente os seus problemas actuais.

Os documentos que transcrevemos são o primeiro fruto desse trabalho, em fase preparatória, destinam-se à discussão nas unidades, para que a partir desse amplo debate, o GDE se habilite a elaborar uma tese que defina uma verdadeira unidade do Exército para a sua reestruturação, com o reforço inadiável da disciplina e coesão nas fileiras.

ALGUNS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA A EDIFICAÇÃO POLÍTICA DO EXÉRCITO

O primeiro princípio fundamental para a edificação do nosso exército novo é a necessidade imperiosa de colocar o exército sob a firme direcção política do Movimento das Forças Armadas e fortalecer constantemente essa direcção.

O MFA é o fundador, o organizador e o educador do exército novo. Só a efectivação da sua direcção exclusiva no exército novo lhe permitirá manter-se ao serviço do povo, na conquista da independência nacional, da melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, por uma sociedade socialista. Para se efectivar e fortalecer essa direcção, temos de nos concentrar no trabalho de edificação do MFA, no trabalho político, nomeadamente ao nível das Unidades, formando novos quadros militantes do MFA, que enquadrem politicamente o exército novo. É por intermédio dos seus órgãos no exército que o MFA pode dirigir em todos os escalões a aplicação do seu programa político e da sua linha, através do fortalecimento da organização do MFA nas Unidades. Um sistema de direcção que combine a direcção política e a direcção da execução militar deve assegurar a efectiva direcção colectiva do exército, fortalece a unidade e a coesão, coordena os diferentes aspectos do trabalho no exército, realizando a unidade do pensamento e da acção e aumentando a capacidade político-militar das tropas.

O trabalho político, que é o trabalho do MFA no exército novo, e o seu trabalho de massas no Exército é a alma, e a vida do Exército, que deve formar e educar os militares na ideologia científica, assegurar a realização das tarefas políticas e militares do Exército, garantir relações correctas entre os novos quadros dirigentes e as tropas, entre o exército e o povo e entre o nosso Exército e os exércitos e os povos dos países do mundo, em primeiro lugar com os exércitos revolucionários e os povos irmãos dos novos países independentes de língua portuguesa, aumentando a capacidade de vencer todos os inimigos.

DEFICIÊNCIAS NA EDIFICAÇÃO DO EXÉRCITO NOVO

Actualmente, no nosso Exército, não se dá o primado ao trabalho de educação política e de direcção ideológica e subsistem todo o tipo de contradições entre a direcção política e a direcção militar, entre os quadros dirigentes e as tropas, entre o exército e o povo, que resultam da incapacidade de aplicação consequente

do programa e da linha do MFA, da incapacidade da correcta vinculação aos interesses mais profundos do povo português, da ausência de disciplina revolucionária e da generalização do anarquismo e do liberalismo, no campo político, militar e ético.

A forma correcta de ultrapassar estas deficiências, que prejudicam a edificação do exército novo e podem comprometer a realização das suas tarefas, é, por um lado, um reforço do estudo político e de assimilação da linha e do programa do MFA, uma participação correcta no processo de luta de classes em Portugal ao lado do povo, na construção duma economia nacional independente, na defesa da independência nacional, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, na realização da reforma agrária e fortalecimento das organizações populares.

UNIDADE E COESÃO DO EXÉRCITO

Assim, poderemos reforçar a unidade e a coesão no interior do Exército. As relações entre os quadros dirigentes e as tropas, entre superiores e inferiores, entre esta e aquela parte do Exército, são relações de solidariedade entre camaradas, que se baseiam na igualdade política e na fraternidade. Devemos assentar a edificação do nosso Exército nestes princípios e realizá-los na prática quotidiana ao serviço do povo de modo a cimentar uma verdadeira união entre quadros dirigentes e tropas, formando um bloco sólido e coeso, capaz de resistir às investidas inimigas mais duras.

UNIDADE E COESÃO DO EXÉRCITO COM POVO

Para realizar o programa do MFA, ao serviço do povo português é indispensável que os interesses do Exército estejam em harmonia com os do povo. Temos de reforçar a unidade e a coesão entre o Exército e o Povo. O Exército e o Povo têm essencialmente a mesma origem, o Povo está para o Exército como a água para o peixe. O exército novo só pode servir os interesses do povo, das largas massas de operários e camponeses, combatendo a seu lado em cada uma das lutas fundamentais para salvaguardar a independência da Pátria e o impulso dos trabalhadores para a sua emancipação numa sociedade socialista.

A única forma de realizar a união entre o Exército e o Povo, decorrente da união entre o MFA e Povo, são as provas que terão de ser dadas, passo a passo, nos duros anos de luta que nos esperam para o cumprimento do programa do MFA.



INTERNACIONALISMO E SOLIDARIEDADE

O MFA deve também ser garante das relações de solidariedade entre o nosso povo e os exércitos e povos de todos os países que estão ao nosso lado na construção duma nova ordem política e económica mundial, em particular com os exércitos de libertação e os povos das ex-colónias portuguesas.

O verdadeiro patriotismo é inseparável do internacionalismo, que consolida a fraternidade militante, a todos os níveis, dos povos e dos exércitos que servem a causa da paz mundial.

DEMOCRACIA E DISCIPLINA

Na direcção da edificação do exército novo o MFA deve aplicar, na medida do possível, o princípio de organização do centralismo democrático, garantindo uma democracia interna e efectiva assegurando, ao mesmo tempo, uma disciplina das mais severas, mas livremente consentida. O princípio de democracia interna é um princípio contrário a todos os exércitos burgueses, e só pode existir se as relações internas entre os quadros e as tropas, tal como as relações entre o exército e o povo, forem relações de harmonia perfeita.

Devido às necessidades de cumprimento das suas tarefas, existem no Exército graduações e funções diferentes, existe uma distinção entre superiores e inferiores; para que não sejam prejudiciais, as distinções não devem atentar na igualdade política entre os homens. É nessa base que

poderemos aplicar a democracia no interior do Exército.

O objectivo a longo termo que é a democracia interna implica uma democracia a vários níveis:

1) Democracia política através das ADU's e dos GDU's em que os militares venham a exprimir as suas opiniões sobre a instrução, o estudo e em geral a vida das unidades, bem como exercer um livre direito de crítica mútua entre quadros dirigentes e as tropas.

2) Democracia militar: em acções militares operacionais como na instrução, quando as condições políticas o vierem a permitir e, até nessa altura, sem prejuízo da operacionalidade militar, em reuniões democráticas devem ser comunicados os objectivos a atingir para recolher sugestões e iniciativas e resolver politicamente as contradições e as dificuldades que porventura surjam.

3) Democracia económica: tanto os quadros dirigentes como as tropas terão o direito, uma vez realizadas as condições político-militares, de tomar parte na gestão e no melhoramento da vida material, aproveitando-se assim o dinamismo e o poder criador dos militares em geral na resolução dos problemas, por vezes extremamente complexos e difíceis, e fortalecendo ao mesmo tempo a solidariedade nas nossas fileiras.

DISCIPLINA CONSENTIDA E SEVERA

A realização gradual da democracia interna está intimamente ligada a uma disciplina consentida das mais graves.

Disciplina consentida que é edificada com base na consciência política dos quadros dirigentes e das tropas, que se mantém essencialmente pela educação permanente e pela persuasão constante, graças ao que, atingido um grau satisfatório do ponto de vista político, todos os homens aplicam e respeitam a disciplina por si próprios e ajudam-se uns aos outros no seu cumprimento. Disciplina severa significa que todos os membros do Exército, sem excepção, superiores e inferiores, têm de se lhe conformar estritamente e que ninguém a pode violar.

O exército novo tem de respeitar a disciplina, e cabe ao MFA, em primeiro lugar, ter a força de inculcar aos militares que a disciplina é um dos elementos constitutivos da capacidade de combate do Exército. O Exército é uma organização armada que tem por missão combater. Para garantir a sua unidade de vontade e de acção indispensável para a perseverança das suas forças e aniquilamento do inimigo, não pode deixar de ser centralizada ao mais alto grau e tem de se apoiar numa disciplina severa. A submissão total às ordens e o cumprimento rigoroso da disciplina são princípios fundamentais do novo exército.

A realização da democracia interna e o fortalecimento da disciplina livremente consentida só serão possíveis a partir do desmascaramento e total refutação de duas tendências erróneas diametralmente opostas.

A primeira exagera desmesuradamente a disciplina e quer anular a democracia. Esta concepção é frequente nos elementos que continuam imbuídos de antigos princípios militaristas, que comandam o exército exclusivamente à base de ordens e castigos. Ao rebater esta concepção, é necessário ter em conta o passado do nosso Exército e realizar um constante processo de educação e persuasão políticas, evitando as posições demagógicas e radicais desagregadoras do Exército.

A segunda tendência é a dispersão, que não tem em conta a necessidade do reforço da disciplina. As concepções ultra-democratas e basistas em que se apoiam, jogando com os interesses e aspirações das tropas, não têm por objectivo a melhoria das suas condições de vida mas tão só desagregar o Exército, lançando a confusão política e o anarquismo, com vistas a impedi-lo de desempenhar as suas importantes tarefas, nomeadamente na defesa da independência nacional.

CONCLUSÃO

Manter firme e consolidar a direcção exclusiva do MFA no Exército, reforçar o trabalho político, considerando-o como a própria vida do Exército, organizar a educação dos quadros e das tropas nos princípios da ideologia científica, criar as condições para a realização dos princípios de solidariedade interna, da solidariedade entre o Exército e o Povo, da solidariedade internacional e do regime de democracia interna baseado na disciplina livremente consentida e severa, são os princípios fundamentais a aplicar na edificação do nosso Exército, permitindo a sua vinculação aos interesses populares, por um exército novo ao serviço do Povo.

(Cont. na pág. 11)

